

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO  
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

REFLEXIVIDADE MORAL: A RELAÇÃO ENTRE CONSCIÊNCIA  
REFLEXIVA E AÇÕES MORAIS

Luana Vianez Moreira

Vitória

2015

LUANA VIANEZ MOREIRA

REFLEXIVIDADE MORAL: A RELAÇÃO ENTRE CONSCIÊNCIA  
REFLEXIVA E AÇÕES MORAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mariane Lima de Souza.

UFES

Vitória, Maio de 2015.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

M838r      Moreira, Luana Vianez, 1982-  
            Reflexividade moral : a relação entre consciência reflexiva e  
            ações morais / Luana Vianez Moreira. – 2015.  
            113 f.

            Orientador: Mariane Lima de Souza.  
            Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade  
            Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e  
            Naturais.

            1. Teoria do autoconhecimento. 2. Conduta. 3. Consciência  
            (Ética). 4. Intuição (Psicologia). 5. Julgamento (Ética). I. Souza,  
            Mariane Lima de. II. Universidade Federal do Espírito Santo.  
            Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9

---

REFLEXIVIDADE MORAL: A RELAÇÃO ENTRE CONSCIÊNCIA  
REFLEXIVA E AÇÕES MORAIS - UFES.

LUANA VIANEZ MOREIRA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da  
Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Aprovada em 28 de maio de 2015, por:

---

Profª. Drª. Mariane Lima de Souza - Orientadora, UFES.

---

Profª. Drª. Valeschka Martins Guerra, UFES.

---

Prof. Dr. Adriano Pereira Jardim, UFES.

---

Profª. Drª. Luciana Souza Borges, UVV

Eu tenho na vida um sério problema  
Devido ao sistema que quero viver –  
Em tudo que faço encontro embaraço  
Que é um dilema pra resolver.  
Assim vou lutando com dificuldade  
Seguindo meu lema sem retroceder  
Para ser mais claro falando a verdade  
Com honestidade é duro vencer.

Com tanto dilema que tenho comigo  
Não sei se consigo desembaraçar  
Tenho lealdade em tudo que digo  
E o que é verdade eu não sei negar.

(...)

Consultando sempre o meu travesseiro  
Sinto que o certo é como estou agindo.

(“Dilemas da Vida”, composição: Nonô Basílio)

## Agradecimentos

Ao Marcos, meu leal companheiro, pelo apoio fundamental e irrestrito em todas as etapas.

Aos meus filhos Nuno, Lis e Maya, por todo amor que cresce e me fortalece a cada dia.

Aos meus amados pais, especialmente a minha mãe Dorinha, minha irmã Lorena, meus avós, tios e primos, pelo carinho e pela paciência que têm e sempre tiveram comigo.

À Professora Dra. Mariane Lima de Souza, pelas orientações que me conduziram na busca ao rigor científico, parceira ao longo de todo o percurso.

Aos professores Valeschka Martins Guerra, Sávio Queiroz, Adriano Jardim e Luciana Borges, pelas valiosas contribuições a este trabalho.

Aos professores e colegas do PPGP, pelo aprendizado cotidiano em dois anos de convivência.

À Capes, por fomentar minha formação e por incentivar meu desenvolvimento intelectual.

Aos amigos de fé Paulo Sérgio, Cristina e Joelson, pela amizade e motivação.

Às fontes de inspiração que me despertaram para o interesse no tema estudado, em especial ao M. Gabriel (*in memoriam*) e M. Francisco Herculano.

A todos os bons jardineiros que me cativaram e cultivaram, pelas lindas flores plantadas em meu coração.

A Deus, por sua infinita bondade.

## Resumo

Fruto de evoluídos mecanismos de aprendizagem social, o monitoramento dos padrões pessoais e sociais adequados a uma pessoa compõe a essência daquilo que a faz ser quem é. Esta dissertação teve como objetivo investigar a intrincada relação entre reflexividade e moralidade. Foi realizada uma pesquisa em formato virtual, devidamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Participou da pesquisa um total de 721 indivíduos adultos brasileiros. Os resultados encontrados são apresentados e discutidos em três artigos. O artigo 1, intitulado *Evidências de validade de uma versão brasileira do Questionário de Fundamentos Morais (QFM)*, teve como objetivo adaptar e validar para o contexto brasileiro o Questionário de Fundamentos Morais (QFM). Para tanto, foram realizados dois estudos quantitativos, em que os dados foram submetidos à análise estatística fatorial exploratória e confirmatória. Embora fosse esperada uma estrutura com cinco fatores, os dois fatores encontrados apresentaram características psicométricas satisfatórias, aproximando-se de um modelo hierárquico. O artigo 2, intitulado *Autoconsciência, empatia e autoconceito moral predizem preocupações morais em adultos*, correlacionou escalas de autoconsciência, empatia e autoconceito moral ao QFM, a partir de análises estatísticas de correlação e regressão. Os resultados indicaram que a forma como os indivíduos se importam uns com os outros e com os grupos em que se inserem parece estar fortemente relacionada ao conceito moral que se tem de si e às emoções que se é capaz de processar nas situações cotidianas que envolvem questões morais. A oposição encontrada entre intuição moral e processos metacognitivos apoia evidências para a teoria dos fundamentos morais, na qual o QFM se baseia. O artigo 3, intitulado *Reflexividade sobre ações morais em adultos: um estudo fenomenológico-semiótico*, seguiu uma metodologia qualitativa, conforme os critérios da fenomenologia-semiótica. A reflexividade moral apresentou-se como um fenômeno psicológico complexo, com qualidades como ser mediada por processos implícitos e explícitos e modulada por sentimentos, podendo ser regida por um controle interno ou externo. Além disso, revelou-se como um fenômeno

capaz de gerar dissonâncias cognitivas, por um lado, e sentidos pessoais para o agir moral, por outro lado. No geral, conclui-se que a reflexividade pode exercer influência tanto sobre julgamentos intuitivos quanto sobre ações morais e que, em contrapartida, uma ação intencional é capaz de exercer influência sobre os julgamentos intuitivos, sobre a reflexividade e sobre o próprio *self*, principalmente se tal ação possuir conteúdo moral (ou transgressor).

**Palavras-chave:** reflexividade, ação moral, consciência reflexiva, sociointuição, julgamentos intuitivos.



## Abstract

As a result of evolving mechanisms of social learning, the monitoring of personal and social standards appropriate to a person composes the essence of what makes him who he is. This dissertation aimed to investigate the intricate relationship between reflexivity and morality. A research was conducted in a virtual format, duly approved by the Research Ethics Committee. A total of 721 Brazilian adults participated in the study. The results are presented and discussed in three articles. Article 1, entitled *Evidence of validity of a Brazilian version of the Moral Foundations Questionnaire (FMQ)*, aimed to adapt and validate the Moral Foundations Questionnaire (QFM) for the Brazilian context. For that, two quantitative studies were performed, in which the data were submitted to exploratory and confirmatory factorial analysis. Although a five-factor structure was expected, the two factors found presented satisfactory psychometric characteristics, approaching a hierarchical model. Article 2, titled *Self-perception, empathy and moral self-concept predict moral concerns in adults.*, correlated scales of self-awareness, empathy, and moral self-concept to QFM, in which data were subjected to correlation and regression analyzes. The results indicated that the way in which individuals care for others and the groups they belong to seems to be strongly related to the moral concept that one has of oneself and to the emotions one is able to process in everyday situations involving moral issues. The opposition found between moral intuition and metacognitive processes supports evidence for the theory of moral foundations on which QFM is based. Article 3, entitled *Reflexivity on moral actions in adults: a phenomenological-semiotic study*, followed a qualitative methodology, according to the criteria of phenomenology-semiotics. The moral reflexivity presented itself as a complex psychological phenomenon, with qualities such as being mediated by implicit and explicit processes and modulated by feelings, and can be governed by internal or external control. Moreover, it has proved to be a phenomenon capable of generating cognitive dissonances on the one hand, and personal senses for moral action, on the other hand. In general, it is concluded that reflexivity can influence both

intuitive judgments and moral actions; on the other hand, an intentional action is capable of exerting influence on intuitive judgments, reflexivity and self, especially if this moral content (or transgressor).

*Keywords:* reflexivity, moral action, reflexive consciousness, socio-intuition, intuitive judgments.

## SUMÁRIO

1 LISTA DE TABELAS	11
2 INTRODUÇÃO	12
Da intuição à reflexividade moral	17
Panorama dos estudos	21
3 ARTIGO 1: Evidências de validade de uma versão brasileira do Questionário de Fundamentos Morais (QFM)	24
4 ARTIGO 2: Autoconsciência, empatia e autoconceito moral predizem preocupações morais em adultos	54
5 ARTIGO 3: Reflexividade sobre ações morais em adultos: um estudo fenomenológico-semiótico	81
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
7 REFERÊNCIAS	123
8 APÊNDICES	
Apêndice 1: Mensagem Padronizada de Divulgação da Pesquisa	128
Apêndice 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	129
Apêndice 3: Ficha de Perfil Sociodemográfico	130
Apêndice 4: Roteiro de Entrevista Estruturada sobre Ações Morais	132
9 ANEXOS	
Anexo A: Escala de Autorreflexão e <i>Insight</i>	133
Anexo B: Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal (EMRI)	134
Anexo C: Escala de Autoconceito Moral	135
Anexo D: Questionário de Fundamentos Morais (QFM)	136

## LISTA DE TABELAS

### ARTIGO 1

Tabela 1 - Características Sociodemográficas de Homens e Mulheres da Amostra do Estudo 1	33
Tabela 2 - Solução Fatorial do Questionário de Fundamentos Morais (QFM)	38
Tabela 3 - Características Sociodemográficas de Homens e Mulheres da Amostra do Estudo 2	41
Tabela 4 - Análise Fatorial Confirmatória do Questionário de Fundamentos Morais (QFM)	44

### ARTIGO 2

Tabela 1 - Propriedades Psicométricas das Variáveis do Estudo	66
Tabela 2 - Covariância dos Construtos Autoconsciência, Empatia, Autoconceito Moral e Preocupações Morais	67
Tabela 3 - Análise de Regressão Múltipla Predizendo Variáveis de Autoconsciência, Empatia e Autoconceito Moral para Preocupações Morais Individualizantes e Vinculativas	69

## INTRODUÇÃO

O ser humano não tem mais os mesmos costumes que tinha há 10, 100, 1.000, quiçá 100.000 anos atrás. De natureza profundamente social, destaca-se de outras espécies sociais por ser capaz de compartilhar experiências e acumular cultura ao longo de sucessivas gerações (Frith, 2012). Entretanto, há pelo menos 50.000 anos não há mudanças fundamentais nas bases genéticas que orientam o desenvolvimento do cérebro humano (Stern, 2017). O que não deixa dúvidas sobre o papel central da transmissão de conhecimentos e da cultura nas mudanças de costumes humanos.

Sabe-se que há outras espécies que mantêm extensiva relação social com seus grupos e há dados neurobiológicos que indicam que a estrutura da consciência tem sido encontrada ao longo da evolução de todas as espécies vertebradas, sugerindo que a habilidade de experienciar o mundo difere apenas no grau e não no tipo (Mashour & Alkire, 2013). No entanto, a espécie humana apresenta qualidades únicas em sua experiência consciente.

O destaque da experiência consciente humana deve-se em grande parte aos especializados mecanismos de percepção, cognição e regulação orquestradas por seu sofisticado cérebro social (Frith, 2012). A forma como o ser humano percebe as expressões faciais de outros confere uma modalidade de percepção social que vai além das palavras e dos gestos. Inicia-se bem cedo no desenvolvimento e disponibiliza um tanto de informações e pistas sociais num simples piscar de olhos (Freeman & Johnson, 2016; Adolphs & Tuschke, 2017). Pesquisas da neurociência indicam que a arquitetura cognitiva humana é capaz

de um processamento de informações que é, ao mesmo tempo, dinâmico e sensível ao contexto (Spunt & Adolphs, 2017). Portanto, mais do que integrar informações, essa arquitetura possivelmente estabelece relações causais entre cérebro, corpo, outras pessoas e ambiente não social, promovendo o complexo fenômeno da interação social (De Jaegher, Di Paolo & Adolphs, 2016). E não apenas é capaz de promover como também monitorar e controlar esses processos, permitindo ao indivíduo estabelecer compreensões mais precisas sobre o mundo e sobre si mesmo (Frith, 2012).

Embora exista um número crescente de pesquisas sobre todos esses fenômenos da experiência humana, o conceito “consciência” geralmente tem sido qualificado por estudiosos das áreas da psicologia, da filosofia e das neurociências como sendo um mistério (Searle, Dennett & Chalmers, 1997; Damásio, 2000; Penfield, 1975). E, apesar de sua função ser a de integrar um sentido de si mesmo a cada indivíduo (Gomes, 1998), ainda não há uma definição final para esse fenômeno.

Além da experiência da consciência, o ser humano tem a capacidade da autorreflexividade, também nomeada como consciência reflexiva. Trata-se de uma função psicológica central para a atividade metacognitiva humana, em que se monitoram as próprias atividades como sentimentos, pensamentos e comportamentos (VandenBos, 2010). Deriva da capacidade ou habilidade de julgar, de forma simultânea, sujeito e objeto ou consciência e experiência. Ou seja, a relação de reciprocidade entre consciência e experiência torna possível a experiência da própria consciência (Gomes, 1998; Lanigan, 1995), assim como possibilita perceber o significado do comportamento dos outros (Gallagher, 2000;

Rochat, 2014). O *self* é, portanto, esta descoberta reflexiva de si mesmo, que tem como atributo central a reflexividade (Rochat, 2013).

Acredita-se que seja a qualidade da autorreflexividade da consciência, ao lado das habilidades de raciocínio simbólico conforme praticadas na linguagem, tão unicamente humanas, que confere a capacidade de processar informações e aprender a partir da experiência. Essa aprendizagem está relacionada com a capacidade de alterar representações mentais e, como consequência, o comportamento (Stern, 2017).

Para compreender a surpreendente evolução cognitiva humana, parece ter sido fundamental que se passasse a considerar, mutuamente, o organismo e seu ambiente social (Barrett, Henzi & Lusseau, 2012). Os processos culturais e históricos não apenas restringem e predisõem a forma como as pessoas interagem umas com as outras, como também sustentam e mantêm o processo da natureza reflexiva do *self*. O resultado dessa influência mútua e constante é que as identidades pessoais não são fixas ou autocontidas, mas um contínuo processo de construção (Barrett, Henzi & Lusseau, 2012; Gallagher, 2000; Rochat, 2013; Graham et al., 2011).

Pesquisadores desses processos identitários apontam que concepções morais são indissociáveis do *self* (Taylor, 1997; Stets & Carter, 2011; Strohinger & Nichols, 2014). Segundo eles, os traços morais, ou a forma com que o indivíduo monitora os padrões sociais adequados para si, constituem aquilo que faz com que uma pessoa seja quem é. Ou seja, sugerem que os traços morais são centrais e constituem parte essencial da estabilidade da identidade pessoal,

seguidos das memórias emocional e autobiográfica, que também são importantes, embora não o sejam na mesma proporção (Strohminger & Nichols, 2014).

Tem-se que, na ausência dessa sensibilidade moral peculiar a cada um, a pessoa torna-se irreconhecível em relação ao que costumava ser. Isso explica a perda de identidade de Phineas Gage, o famoso paciente dos estudos de neurociência do século XX, após a perda de tratos cerebrais associados ao comportamento moral, caso extensivamente descrito pela literatura científica (Damásio, 1996; Del-Ben, 2005; Butman & Allegri, 2001). Em suma, estando continuamente em construção, a identidade pessoal mantém-se estável por meio do monitoramento dos padrões sociais adequados, que por sua vez está estreitamente relacionado à autorreflexividade e ao manejo de influências socioculturais.

Um fator importante a ser considerado em se tratando da sensibilidade moral e da modulação das ações é a experiência emocional, campo de pesquisa que tem se consolidado nas últimas décadas (Damásio, 1996; Dunn et al., 2010). Recentemente, Thagard e Aubie (2008) propuseram uma teoria sobre a consciência emocional, em que a experiência qualitativa foi descrita como sendo uma interação entre representação neural, avaliação cognitiva e percepção somática, coordenadas pela memória de trabalho. Segundo os autores, a experiência emocional inclui valência (positiva/negativa ou prazerosa/desprazerosa), intensidade (que varia em graus), mudanças (relacionadas à curta duração das emoções em relação ao humor) e mecanismos de integração e diferenciação (que enlaçam áreas neurais relacionadas à percepção externa, à avaliação de recompensas e áreas de cognição de alta ordem). O modelo formula



o papel das emoções no julgamento ético, em que os mecanismos de integração do processamento neural de um dado evento permitem ao indivíduo inferir o quanto está conseguindo cumprir seus objetivos no meio social. E a valência positiva das emoções está relacionada à satisfação de objetivos sociais, ao passo que a quebra dessa satisfação é responsável pela supressão dessa valência positiva, podendo gerar sentimentos de vergonha e culpa.

Embora a consciência seja reconhecidamente importante para monitorar os padrões sociais de uma pessoa, sabe-se que a maior parte do processamento de informação social acontece de forma automática, rápida, implícita, por meio do recrutamento de processos inferenciais e sensíveis ao contexto (Adolphs, 2010). O processamento consciente, ou a racionalização, diferente do que se imaginava, é quase sempre facultativo e posterior, sendo geralmente utilizado para justificar aquilo que foi feito ou enunciado de forma intuitiva (Haidt, 2001).

Entretanto, não se deve desprezar a importância de processos mediadores avaliativos e controlados. Processos refletidos e deliberados utilizam conhecimentos prévios com o objetivo de fornecer subsídios para regular a ação, caracterizando a racionalização. Damásio (2012) resume que as decisões implicam a existência de uma consciência ou um conhecimento a respeito da situação, das opções de ação e de suas consequências. Ou seja, além dos mecanismos de percepção e cognição social ativados em todas as situações que demandam o processamento de informações sociais, algumas situações também requerem a ativação de mecanismos de metacognição ou metarreflexão que permitem não apenas agir mediante dilemas, mas refletir e justificar a ação adotada (Frith, 2012). Embora a maioria dos sinais sociais seja processada sem

uma consciência de alta ordem, as interações sociais têm muito a se beneficiar quando esse processamento se dá de forma consciente. Processos de mediação regulatórios aumentam as possibilidades ou os repertórios de ação numa dada situação, além de auxiliar na tarefa de comunicar pensamentos e manter uma reputação perante si e perante os outros (Frith & Frith, 2007).

Diante da relevância dos temas reflexividade e moralidade para o fenômeno psicológico humano, a presente dissertação definiu como seu problema de pesquisa a pergunta sobre como se dá a relação entre consciência reflexiva e ações morais no contexto da reflexividade moral e das intuições morais. Para tanto, utilizou-se das perspectivas metodológicas quantitativas e qualitativas, a fim de investigar os fenômenos das preocupações morais intuitivas e da reflexividade sobre ações morais, o que se desdobrou em quatro estudos distintos, apresentados no formato de três artigos: artigo 1 – *Evidências de validade de uma versão brasileira do Questionário de Fundamentos Morais (QFM)* (estudos 1 e 2); artigo 2 – *Autoconsciência, empatia e autoconceito moral predizem preocupações morais em adultos*; artigo 3 – *Reflexividade sobre ações morais em adultos: um estudo fenomenológico-semiótico*. O objetivo geral da pesquisa foi verificar a relação entre reflexividade e moralidade. Os objetivos específicos estão relacionados a cada um dos estudos e são apresentados nos respectivos artigos, descritos brevemente a seguir.

### **Da intuição à reflexividade moral**

Em linhas gerais, este foi o caminho percorrido na presente dissertação. Partiu-se de estudos sobre as intuições morais, em busca de compreender suas

relações com os processos conscientes e autorreflexivos, para em seguida estudar os processos psicológicos envolvidos na reflexividade sobre a ação moral. A população escolhida para compor as amostras estudadas foi de adultos, entendendo que estes apresentam algum grau de maturidade moral, em relação às fases anteriores de desenvolvimento.

Partindo desse contexto, as intuições morais expressam-se por meio dos inúmeros processos rápidos e automáticos que acontecem abaixo da linha da consciência. Elas vêm sendo estudadas pela Teoria dos Fundamentos Morais (TFM), que é uma abordagem recente da psicologia moral, a qual pretende avançar em relação à tradicional dicotomia entre aspectos cognitivos e afetivos do julgamento moral, por meio da inserção da dimensão cultural como sendo uma importante modeladora de avaliações intuitivas (Haidt & Graham, 2007). De acordo com essa abordagem, respostas intuitivas surgem de forma repentina na consciência, na forma de um sentimento instantâneo de aprovação ou desaprovação diante de uma situação com conteúdo moral. E, segundo seus autores, o raciocínio consciente quase sempre acontece num momento posterior, sendo utilizado principalmente para justificar a resposta intuitiva selecionada (Haidt, 2001).

Contudo, esses estudos não pretendem menosprezar a necessidade de deliberação moral, nem a responsabilidade individual, visto que uma pessoa nunca está refém de uma resposta intuitiva. Há indicações de que seja possível anulá-la por meio do uso deliberado da razão consciente (analisando custos *versus* benefícios de determinada situação); reenquadrando a situação a partir de um novo ângulo ou de suas consequências; ou conversando com alguém que

traga novos argumentos que disparem novas intuições (como resultado de interação social) (Haidt, 2001).

Dessa forma, uma abordagem que inclui a dimensão histórico-cultural nas avaliações morais não poderia estudar a moral apenas sob um ponto de vista individualista que se restringisse a avaliar conteúdos relativos a dano e justiça, aos quais se limitava o escopo da área de estudos da moralidade. A Teoria dos Fundamentos Morais (TFM) ampliou a gama de preocupações morais, acrescentando dimensões que levam em conta a forma como o indivíduo se posiciona na qualidade de membro de um grupo. A partir da TFM foi desenvolvido o *Moral Foundations Questionnaire* (MFQ) como um instrumento de medida de preocupações morais universais.

O primeiro estudo que compõe esta dissertação teve como objetivo adaptar e buscar evidências de validade do Questionário de Fundamentos Morais (QFM) para uso no contexto brasileiro. Esse estudo serviu de base para um estudo confirmatório do modelo fatorial encontrado. Esses dois estudos são apresentados no artigo 1 – *Evidências de validade de uma versão brasileira do Questionário de Fundamentos Morais (QFM)*, juntamente com uma apresentação teórica mais profunda das dimensões e dos conceitos que alicerçam a TFM, que foi inserida na introdução do artigo.

A adaptação brasileira do QMF foi novamente utilizada no segundo artigo, que buscou estudar a correlação entre as preocupações morais e outras medidas consideradas relevantes no contexto da relação reflexividade-moralidade. Uma vez que o funcionamento moral maduro pode ser compreendido como o ápice do desenvolvimento moral, preconiza-se que este dependa de uma integração entre

emoção, intuição e razão, e constitua a natureza da sabedoria (Narvaez, 2010, 2013). Para o terceiro estudo, elegeu-se avaliar medidas de autoconsciência (por meio das dimensões autorreflexão e *insight*), autoconceito moral e empatia (nas dimensões tomada de perspectiva, consideração empática, fantasia e angústia pessoal), como preditoras de preocupações morais (em suas dimensões individualizante e vinculativa) em adultos, cujo objetivo foi entender de que forma esses processos sociais cognitivos e metacognitivos influenciam em preocupações morais mediante um método de análise quantitativo. Tal método permitiu correlacionar e medir a inferência de um construto sobre os demais, revelando-se como uma ferramenta exploratória apropriada para a proposta. O terceiro estudo é apresentado no artigo 2 – *Autoconsciência, empatia e autoconceito moral predizem preocupações morais em adultos*. Da mesma forma, o aprofundamento dos conceitos e construtos utilizados no estudo foi inserido na introdução do referido artigo.

Sendo a autorreflexão um processo metacognitivo de regulação e, portanto, oposto às intuições morais, o quarto estudo pretendeu lançar luz especificamente sobre a relação entre reflexividade e moralidade. Pois, da mesma forma que o surgimento da consciência de si e o surgimento da instância ética ocorrem de forma sincrônica (Rochat, 2013; Gallagher, 2012), há uma relação fenomenológica entre consciência e experiência, na qual uma não pode ser dissociada da outra (Gomes, 1998).

Gallagher (2007) propõe a autoconsciência como uma das condições para se atingir uma agência moral, em que a existência de uma perspectiva sobre si mesmo permite a deliberação e o planejamento de ações. E o autor relaciona a

capacidade de ser um agente moral à capacidade de processar emoções intersubjetivas, bem como ao *insight* que deriva desse processamento, resultando em uma maneira de agir e de se implicar na relação com os outros.

Nesse contexto, investigar a reflexividade sobre ações morais surge como uma possibilidade de entender a atuação dos processos regulatórios envolvidos no funcionamento moral, por meio de uma perspectiva de primeira pessoa. Por ações morais entende-se uma ação voluntária, intencional, diante de um contexto de relevância moral. Por reflexividade entende-se a relação recíproca entre consciência e experiência, que torna possível a experiência da própria consciência (Gomes, 1998). O quarto estudo é apresentado no artigo 3 – *Reflexividade sobre ações morais em adultos: um estudo fenomenológico-semiótico*.

### **Panorama dos estudos**

A pesquisa que englobou os quatro estudos descritos foi realizada mediante aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, integrante do Sistema Nacional de Ética em Pesquisa (SISNEP), sob o protocolo de número 29690314.3.0000.5542. Após aprovação procedeu-se à coleta dos dados e análise, que compõem a presente dissertação.

Foram realizadas duas coletas de dados por meio virtual, por intermédio da plataforma *GoogleForm*, iniciando pela aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O acesso ao formulário virtual se realizava mediante expressa concordância com o TCLE e também era necessário o envio final das

respostas, ao término do formulário, a fim de que estas pudessem ser computadas para estudo.

O formulário foi disponibilizado mediante um *link* para os participantes, que foram recrutados da população geral por meio do método de amostragem bola de neve. A amostra foi contatada mediante mensagem padronizada (Apêndice 1), enviada aos endereços eletrônicos registrados na lista de contatos da pesquisadora, seguindo os critérios de inclusão: nacionalidade (brasileiro) e idade (maiores de 18 anos).

O formulário virtual utilizado em ambas as coletas continha, em sequência, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 2), Escala de Autorreflexão e *Insight* (Anexo A), Escala de Autoconceito Moral (Anexo C), Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal (Anexo B), Questionário de Fundamentos Morais (Anexo D), Roteiro de Entrevista Estruturada sobre Ações Morais (Apêndice 4) e Ficha de Perfil Sociodemográfico (Apêndice 3).

A primeira coleta foi realizada entre meados de julho e início de agosto de 2014, com um total bruto de 375 respondentes, e a segunda coleta foi realizada entre os meses de agosto e setembro de 2014, com um total bruto de 349 respondentes. Houve exclusão das respostas de brasileiros que estavam morando em outros países, de forma que o número de participantes dos estudos não corresponde de forma exata ao número de respondentes.

No artigo 1 – *Evidências de validade de uma versão brasileira do Questionário de Fundamentos Morais (QFM)*, para o primeiro estudo foi utilizada a amostra de 341 participantes da segunda coleta e no segundo estudo foi utilizada a amostra de 371 participantes da primeira coleta. No artigo 2 – *Autoconsciência*,

*empatia e autoconceito moral predizem preocupações morais em adultos*, foram utilizados os dados de 341 participantes da segunda coleta. No artigo 3 – *Reflexividade sobre ações morais em adultos: um estudo fenomenológico-semiótico*, foram utilizados 363 participantes da primeira coleta, excluindo-se 8 participantes que deixaram respostas em branco.

Há dados e análises que não compuseram nenhum dos quatro estudos. Portanto, o trabalho realizado apresenta potencial para estudos futuros.



## ARTIGO 1

### Evidências de validade de uma versão brasileira do Questionário de Fundamentos Morais (QFM)

#### Resumo

A moral é um fenômeno humano que envolve sensibilidade e habilidades desenvolvidas pelo indivíduo ao longo de sua vida social. Considerando-se a relevância de mensurar as preocupações morais de indivíduos adultos, buscaram-se evidências de validade para uma versão brasileira do Questionário de Fundamentos Morais (QFM). Foram realizados dois estudos com o uso de análises fatoriais exploratória e confirmatória. No primeiro estudo, 341 adultos (63% de mulheres) responderam ao questionário virtual, traduzido e adaptado para o português brasileiro. Os resultados indicaram uma estrutura bifatorial, e uma redução dos itens. Do segundo estudo participaram 371 adultos (61% de mulheres). Os resultados confirmaram a estrutura bifatorial (moral vinculativa e moral individualizante). Conclui-se que o QFM apresenta características psicométricas satisfatórias para uso em pesquisas.

**Palavras-chave:** avaliação psicológica, evidências de validade, cognição social, moral.

A psicologia da moralidade é um campo de estudos em crescimento, que busca compreender como os seres humanos funcionam em contextos morais. Atualmente, as principais abordagens teóricas seguem duas linhagens principais: a tradicional, que teve seu início associado à psicologia do desenvolvimento, a partir de estudos de Jean Piaget sobre conceitos e raciocínio morais, e a sociocultural, resultado de uma síntese de pesquisas da psicologia social, evolucionária e neurológica, que toma as emoções e as intuições morais como fenômenos centrais (Haidt, 2014). O foco desta última tem se concentrado na compreensão dos fundamentos da moral e na busca de suas origens, considerando-se a complexidade e a alta sofisticação cerebral do ser humano, que constrói seu conhecimento moral dentro de um contexto sociocultural igualmente complexo.

Nesta perspectiva, Haidt (2007) e Haidt e Joseph (2008) propuseram que os alicerces do funcionamento moral advêm da sensibilidade e das habilidades perceptuais-sociais desenvolvidas pelo indivíduo, a partir de um entendimento de que mente e cultura se desenvolvem mutuamente. A moral é vista, então, como essa base intuitiva de sensibilidades e habilidades, elaborada por meio da cultura, podendo ser expandida e refinada ao longo da vida social. Com base nessa concepção, Graham et al. (2011) apresentaram um modelo teórico que mensura as preocupações morais de uma pessoa pelo grau de concordância ou discordância em relação a um conjunto de intuições morais, denominado Teoria dos Fundamentos Morais (TFM). Trata-se de uma abordagem que apresenta uma alternativa em relação à tradicional dicotomia entre aspectos cognitivos e afetivos do julgamento moral, por meio da inserção da dimensão cultural como sendo

também uma importante moldadora de avaliações intuitivas (Haidt & Graham, 2007). Em vez de um simples aprendizado de regras (conteúdo moral), a moral passa a ser entendida com base em sua função, em que as instituições e tecnologias de cada povo, formadas a partir de especificidades históricas e culturais, restringem e predispõem as maneiras como as pessoas interagem entre si (Graham et al., 2011).

Neste sentido, os sistemas morais são vistos na qualidade de uma cognição social que emerge a partir da interação de muitas pessoas. Por definição, “sistemas morais são conjuntos interligados de valores, virtudes, normas, práticas, identidades, instituições, tecnologias e evoluídos mecanismos psicológicos que trabalham juntos para suprimir ou regular o egoísmo e tornar a vida social possível” (tradução livre dos autores) (Haidt & Kessebir, 2010, p. 800).

Dessa forma, é possível afirmar que a TFM se baseia em uma perspectiva sociointuicionista da moralidade, que entende as preocupações e os julgamentos morais como sendo intuições moduladas e definidas pelos contextos social e cultural. Ou seja, para a abordagem sociointuicionista (Haidt, 2001), o julgamento moral resulta de avaliações rápidas e automáticas que podem (ou não) ser sucedidas pela razão. Por consequência, embora não desconsidere a importância do raciocínio moral, realoca-o como aspecto a ser considerado em um momento posterior ao julgamento moral.

O componente intuitivo da moralidade é definido, por sua vez, como esse julgamento que aparece de forma repentina na consciência, permeado por uma valência afetiva (gosto ou desgosto, bom ou ruim) sem que seja necessário buscar ou ponderar evidências para se chegar a uma conclusão (Haidt, 2001).

Trata-se, sobretudo, de um sentimento instantâneo de aprovação ou desaprovação diante de uma situação com conteúdo moral, possivelmente construído no seio da cultura de cada povo. Contudo, de acordo com a abordagem, ao se avaliar uma situação com conteúdo moral, apesar de respostas intuitivas surgirem de forma repentina na consciência, não significa que as pessoas sejam reféns desse tipo de resposta. Há indicações de que seja possível anulá-la por meio do uso da razão consciente (analisando custos *versus* benefícios de determinada situação); reenquadrando a situação a partir de um novo ângulo ou de suas consequências; ou conversando com alguém que traga novos argumentos que disparem novas intuições (como resultado de uma interação social) (Haidt, 2001).

Levantamentos realizados nas bases de dados científicos mostram que o estudo empírico do julgamento moral empreendido a partir da perspectiva sociointuicionista vem ganhando destaque nas últimas décadas (Cushman, Young & Hauser, 2006; Graham, Nosek & Haidt, 2012; Haidt, Koller & Dias, 1993; Jansson & Dorrepaal, 2015; Moll, Oliveira-Souza & Zahn, 2008; Shweder, Much, Mahapatra & Park, 1997; Wheatley & Haidt, 2005; Yilmaz, Harma, Bahçekapili & Cesur, 2016). Em foco está a percepção de que o referencial sociointuicionista pode contribuir para dar maior visibilidade à função da cultura na estruturação dos mecanismos psíquicos envolvidos no julgamento moral, assim como pode fornecer novos subsídios para a compreensão desse fenômeno humano.

Mesmo estudos que não tomam por base a TFM têm apresentado evidências que parecem corroborar com o pressuposto intuicionista da moral. Pesquisas sobre a sensibilidade moral sugerem que, diante de conflitos morais,

um recrutamento automático e implícito de esquemas cognitivos ou conhecimento tácito é acionado, e que esses processos acontecem abaixo da linha da consciência (Rest, Narvaez, Bebeau & Thoma, 1999). Um outro estudo sobre as bases neurais da cognição moral (Moll, Oliveira-Souza & Zahn, 2008), por meio de um extensivo exame da literatura científica, levantou uma hipótese muito semelhante à da TFM, ao sugerir que motivações morais são formadas por complexos de sentimentos e valores morais, que têm como base o conhecimento moral, sendo este decorrente do conhecimento social abstrato, associado a habilidades nos contextos interpessoais e culturais.

Conclui-se que, embora a investigação sobre os processos que alicerçam a moral humana sigam por caminhos teóricos distintos, a proposta da TFM encontra eco em estudos de áreas correlatas. Dessa forma, parece promissora a compreensão do julgamento moral como um processo intuitivo e das questões morais como sendo universais, presentes em todas as culturas, variando apenas a escala de importância que se atribui a elas em cada cultura (Boer & Fischer, 2013; Graham, Meindl, Beall, Johnson & Zhang, 2016; Hofmann, Wisneski, Brandt & Skitka, 2014; Weber & Federico, 2013).

Uma das principais inspirações da TFM foi a investigação cultural da moralidade e das origens do sofrimento humano empreendida por Shweder, Much, Mahapatra e Park (1997). Nesse estudo, foram levantados três grandes conjuntos de valores morais associados à ética da autonomia individual (liberdade de escolha, equidade), à ética da comunidade (deveres, hierarquia, interdependência, lealdade, sacrifício) e à ética da divindade (pureza, santidade, limpeza, ordem sagrada), que juntos descreveram as vicissitudes da experiência

ética de pessoas da Índia. Outros estudos da cultura ocidental também apontaram que a moral humana envolve preocupações que vão além das preocupações individuais sobre dano e justiça (Douglas, 1966; Rozin, Haidt & McCauley, 2000).

Em síntese, esses achados sugeriram que os principais blocos construtores da moral humana se relacionam com a forma como os indivíduos tratam uns aos outros, incluindo a forma como os indivíduos se posicionam na qualidade de membros de um grupo, a fim de tornar a vida em sociedade possível. Partindo desse entendimento, Graham et al. (2011) deram início a uma busca por valores morais comuns de diferentes culturas, por meio de uma revisão transdisciplinar na literatura científica, que resultou na seleção e testagem dos fundamentos principais que alicerçam a forma como as culturas narram suas preocupações morais, a saber: dano e justiça (correspondendo à ética da autonomia), autoridade e pertencimento social (relacionados à ética da comunidade) e pureza (correspondendo à ética da divindade). Tais resultados parecem consistentes com outras propostas taxonômicas da psicologia moral, incluindo os trabalhos de Fiske (1992) e Shweder et al. (1997).

Reconhecendo a grande variedade de sistemas morais constituídos em cada sociedade, a TFM partiu de uma definição das principais preocupações morais para iniciar a elaboração de um questionário (Haidt & Joseph, 2007; Graham et al., 2011). O dano foi definido, então, como aquelas preocupações humanas relacionadas a uma sensibilidade emocional que detecta e cuida de aliviar o sofrimento, e de proteger vulneráveis (por exemplo: “Evitar causar danos a outros”). As preocupações com justiça foram relacionadas aos sentimentos que motivam o altruísmo e a reciprocidade social para além das relações familiares,

por seu potencial de gerar ganhos para o organismo social e conseqüentemente para o indivíduo (por exemplo: “Moralidade é fazer a coisa certa e garantir tratamento justo para todos”). O pertencimento social foi definido como a tendência humana de agrupar-se e organizar-se em grupos de acordo com parentesco sanguíneo, semelhanças triviais, religiões, etc. (por exemplo: “Moralidade é ter um sistema que protege instituições sociais como família, comunidade e país”). As preocupações morais acerca da autoridade foram associadas à organização hierárquica, abrangendo ainda as emoções e os comportamentos relacionados à autoridade e ao poder, bem como ao respeito às tradições (por exemplo: “Questões de direito, independente de desejos e finalidades pessoais”). Finalmente, as preocupações acerca da pureza foram relacionadas a uma rejeição do contágio, da contaminação, da poluição e do profano por meio de sentimentos de nojo e de desgosto, e implicadas com uma ideia do sagrado (por exemplo: “Não ter pensamentos sujos”).

Tendo como base o conjunto de preocupações morais levantados nos estudos anteriores, os autores do *Moral Foundations Questionnaire* (Questionário de Fundamentos Morais – QFM) formularam uma primeira versão que avaliava apenas a relevância das principais preocupações morais para testar diferenças ideológicas entre liberais e conservadores. Com isso, eles foram capazes de organizar uma forma de mensurar e descrever a maneira como pessoas, grupos e culturas diferem em suas preocupações morais (Graham, Haidt & Nosek, 2009). Posteriormente, dando seguimento ao desenvolvimento do questionário, foi incluída uma sessão com sentenças em forma de julgamentos morais específicos e contextualizados para medir o nível de concordância a cada uma delas. De

acordo com os autores, tal variação no formato e no conteúdo dos itens mensura a sensibilidade em relação a preocupações morais e não apenas opiniões sobre questões morais (Graham et al., 2011).

As análises da versão final do questionário foram realizadas sobre uma amostra de 34.476 adultos, que responderam no questionário *on-line* a ambas as sessões sobre relevância e julgamento moral. Análises fatoriais exploratórias indicaram, no estudo original (Graham et al., 2011), a existência de dois fatores, tanto no que diz respeito aos itens de relevância como nos itens de julgamento. Cargas fatoriais variaram entre 0,40 e 0,70 no Fator 1 (denominado *Binding* [conexão, interdependência], unindo os fatores pertencimento social, autoridade e pureza), e de 0,47 a 0,65 no Fator 2 (denominado *Individualizing* [individualizante, independente], unindo os fatores dano e justiça) da sessão relevância. Na sessão julgamento, as cargas fatoriais variaram entre 0,34 e 0,67 no Fator 1 e entre 0,27 e 0,63 no Fator 2. Infelizmente, os autores do estudo original não incluíram informações sobre a porcentagem de variância explicada no modelo.

Os resultados das análises confirmatórias sugeriram um modelo de cinco fatores (dano, justiça, autoridade, pertencimento social e pureza) como sendo mais adequado que outros modelos com um, dois (preocupações individualizantes correspondendo aos itens de dano e justiça, e preocupações vinculativas correspondendo aos demais itens), três (correspondentes às três éticas – autonomia, comunidade e divindade de Shweder et al., 2003) ou seis fatores (acrescentando-se a tradição ao lado dos outros cinco fatores descritos anteriormente). Em virtude da associação entre os fatores observada na análise fatorial exploratória, os autores do estudo original testaram ainda um modelo



hierárquico, com dois fatores de segunda ordem denominados *Individualizing* (incluindo os itens referentes a dano e justiça) e *Binding* (incluindo os itens referentes a pertencimento social, autoridade e pureza). Ao fim de exaustivos estudos para ajustar a quantidade de itens, bem como uma série de correlações com outras escalas, as versões finais são compostas por 30 itens (versão completa) e 20 itens (versão abreviada).

Para o modelo de cinco fatores, foi realizada ainda uma análise de confiabilidade teste-reteste, com índices variando entre 0,69 (pertencimento social) e 0,82 (pureza) após um intervalo médio de 37 dias. Em termos de validade externa, foram observadas correlações significativas de cada fundamento moral proposto com seus respectivos valores na Escala de Valores de Schwartz. Adicionalmente, os autores reportam que mulheres apresentam maiores escores em dano, justiça e pureza, ao passo que os homens apresentaram maiores escores em pertencimento social e autoridade (Graham et al., 2011).

O QFM tem sido, desde então, traduzido para diversas línguas e utilizado para avaliar moralidade em diferentes populações, contextos e objetivos. Estudos recentes demonstram que o QFM pode ser utilizado para atender a variados objetivos, e serve a uma ampla gama de interesses no campo da psicologia moral (Aharoni, Antonenko & Kiehl, 2011; Boer & Fischer, 2013; Cornwell & Higgins, 2013; Dogruel, Joeckel & Bowman, 2013; Graham, Nosek & Haidt, 2012; Noser et al., 2015).

Dada a relevância do tema, o objetivo desse trabalho foi buscar evidências de validade para o QMF, respondendo a uma necessidade de disponibilizar

instrumentos adequados de avaliação psicológica aos pesquisadores brasileiros (Mansur-Alves, Silva & Fernandes, 2016; Primi, 2010) voltados à abordagem sociointuicionista do fenômeno moral. Para tanto, foram conduzidos dois estudos com foco, respectivamente: (1) na tradução, adaptação e verificação de parâmetros psicométricos do QFM; e (2) na confirmação da estrutura fatorial do QFM traduzido e adaptado para o contexto brasileiro. Os dois estudos são apresentados a seguir, em sequência.

## Estudo 1

### Método

#### Participantes

Participaram do estudo 341 indivíduos adultos (ver Tabela 1), usuários de internet, com maior concentração de participantes nas faixas etárias entre 21 e 28 anos (37%) e entre 28 e 35 anos (26%), sendo 63% do sexo feminino, de todas as regiões brasileiras, com predomínio da Região Sudeste (65,7%). A composição da amostra seguiu dois critérios de exclusão: nacionalidade (estrangeiro) e idade (menor de 18 anos).

Tabela 1

#### *Características Sociodemográficas de Homens e Mulheres da Amostra do Estudo*

1

Variável	Total (n = 341)	Homens (n = 126)	Mulheres (n = 215)
Faixa etária			
Entre 18 e 20 anos	29 (8,5%)	13 (10,3%)	16 (7,4%)
Entre 21 e 28 anos	120 (35,2%)	43 (34,1%)	77 (35,8%)
Entre 29 e 35 anos	92 (27,0%)	34 (27,0%)	58 (27,0%)
Entre 36 e 42 anos	39 (11,4%)	16 (12,7%)	23 (10,7%)

Entre 43 e 49 anos	31 (9,1%)	7 (5,6%)	24 (11,2%)
Entre 50 e 56 anos	15 (4,4%)	6 (4,8%)	9 (4,2%)
Entre 57 e 62 anos	12 (3,5%)	6 (4,8%)	6 (2,8%)
Entre 63 e 70 anos	3 (0,9%)	1 (0,8%)	2 (0,9%)
<b>Filhos</b>			
Sim	87 (25,5%)	26 (20,6%)	61 (28,4%)
Não	254 (74,5%)	100 (79,4)	154 (71,6%)
<b>Estado civil</b>			
Solteiro	193 (56,6%)	77 (61,1%)	116 (54,0%)
Casado	134 (39,3%)	47 (37,3%)	87 (40,5%)
Divorciado	13 (3,8%)	2 (1,6%)	11 (5,1%)
Viúvo	1 (0,3%)	0 (0,0%)	1 (0,5%)
<b>Crença religiosa</b>			
Sim	234 (68,6%)	77 (61,1%)	157 (73,0%)
Não	107 (31,4%)	49 (38,9%)	58 (27,0%)
<b>Religião</b>			
Católico	74 (31,6%)	14 (18,2%)	60 (38,5%)
Evangélico	61 (26,1%)	23 (29,9%)	38 (24,2%)
Espírita	65 (27,8%)	25 (32,5%)	40 (25,5%)
Outra	15 (6,4%)	5 (6,5%)	10 (6,5%)
Não definiu/não declarou	15 (6,4%)	8 (10,4%)	7 (4,5%)
Sem religião	4 (1,7%)	2 (2,6%)	2 (1,3%)
<b>Escolaridade</b>			
Ensino Fundamental (completo)	2 (0,6%)	2 (1,6%)	0 (0,0%)
Ensino Médio (completo)	76 (22,3%)	33 (43,4%)	43 (20,0%)
Ensino Superior (completo)	147 (43,1%)	55 (16,1%)	92 (42,8%)
Pós-graduação	116 (34,0%)	36 (28,6%)	80 (37,2%)
<b>Trabalha atualmente</b>			
Sim	201 (58,9%)	78 (61,9%)	123 (57,2%)
Não	140 (41,1%)	48 (38,1%)	92 (42,8%)
<b>Região do Brasil</b>			
Norte	3 (0,9%)	1 (0,8%)	2 (0,9%)
Nordeste	43 (12,6%)	19 (15,1%)	24 (11,2%)
Centro-Oeste	30 (8,8%)	14 (11,1%)	16 (7,4%)

Sudeste	224 (65,7%)	79 (62,7%)	145 (67,4%)
Sul	41 (12,0%)	13 (10,3%)	28 (13,1%)

### **Instrumento**

Para a realização desse estudo, os participantes responderam a um questionário formado pelos seguintes instrumentos:

**Questionário dos Fundamentos Morais (QFM)** – traduzido por especialistas a partir do *Moral Foundations Questionnaire* (Graham et al., 2011). O instrumento é composto por 30 itens que foram divididos em duas partes, contendo 15 itens cada. A primeira parte do instrumento avalia relevância moral (por exemplo: “O quanto considera relevante se a alguém foi ou não negado seus direitos”), por meio de uma escala *likert* que varia entre 0 (nem um pouco relevante) e 5 (extremamente relevante). A segunda parte do instrumento avalia o julgamento moral acerca de preocupações morais de forma contextualizada (por exemplo: “Ter um espírito de equipe é mais importante do que expressar uma opinião individual”), por meio de uma escala *likert* que varia entre 0 (discordo intensamente) e 5 (concordo intensamente).

**Questões sociodemográficas** – para caracterizar os participantes do estudo foram recolhidas informações sobre idade, sexo e localização geográfica.

### **Procedimentos**

**Tradução e adaptação da escala QFM** – a tradução por especialistas (adaptação do 1º passo do método de Beaton, Bombardier, Guillemin & Ferraz, 2000) foi composta por três etapas, sempre seguidas da submissão do material à pesquisadora responsável: (1) tradução para o português (brasileiro) por uma

pesquisadora bilíngue; (2) revisão por duas pesquisadoras bilíngues para verificação de equivalência semântica entre a versão original e a traduzida; e (3) análise da versão revisada por duas especialistas independentes, em psicologia moral.

**Coleta dos dados** – os participantes foram recrutados da população geral por meio do método de amostragem bola de neve, por intermédio de mensagem padronizada enviada aos endereços eletrônicos registrados na lista de contatos da pesquisadora e em redes sociais, disponível *on-line* por cerca de 50 dias. O instrumento foi apresentado no formato virtual e preenchido de forma anônima, voluntária, sem remuneração e mediante aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Aqueles que concordavam seguiam para a primeira página do questionário, ao passo que aqueles que discordavam eram levados a uma página de agradecimento pelo interesse na pesquisa. O QFM foi apresentado de forma fixa em três páginas virtuais, contendo, respectivamente, questões sobre relevância moral, julgamentos morais e questões sociodemográficas. Era possível rever aquilo que já havia sido preenchido por meio do ícone *voltar*, mas não era possível avançar sem que todos os itens da página estivessem marcados. Ao fim do preenchimento era necessário clicar no ícone *submeter* a fim de que os formulários fossem enviados e computados para o estudo. Antes de sua execução, a pesquisa foi devidamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (Protocolo nº 29690314.3.0000.5542).

**Análise dos dados** – estatísticas descritivas e as análises fatoriais exploratórias foram realizadas mediante o uso do *software SPSS* (versão 19). Para avaliação dos resultados das análises fatoriais exploratórias (AFE), foram

utilizados os critérios propostos por Damásio (2012). A normalidade da distribuição dos itens na amostra foi testada, de forma a escolher as AFE mais apropriadas a serem realizadas, além de análises de alfa de Cronbach.

### **Resultados e discussão**

O conjunto de 30 itens do instrumento foi submetido a análises com o objetivo de adaptar e apresentar evidências de validade do *Questionário de Fundamentos Morais (QFM)* para utilização no contexto brasileiro. Tomando como base a mediana empírica ( $Mdn = 3,20$ ), o teste do poder discriminativo dos itens foi utilizado. Após a definição dos grupos-critério inferior e superior, um teste *t de Student* foi utilizado com a pontuação total da escala. Os resultados indicaram que todos os itens foram significativos, sugerindo que estes conseguem distinguir de forma significativa entre participantes que pertencem a cada grupo.

Em seguida, os itens da escala foram submetidos a um teste de *Kolmogorov-Smirnov (K-S)* para verificar sua distribuição. Da mesma forma que a escala anterior, nenhum item apresentou distribuição normal, sugerindo a utilização de uma Análise dos Eixos Principais (PAF) (Damásio, 2012).

No que diz respeito à fatorabilidade dos dados, testes de adequação da amostra indicaram que os dados são adequados à análise fatorial: Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) = 0,87; Teste de Esfericidade de Bartlett = 3983,14,  $p < 0,001$ . Na PAF com rotação *varimax*, utilizou-se o critério teórico sugerido que propõe a existência de cinco fatores, propostos pelos autores do instrumento.

Os resultados indicaram que a solução de cinco fatores não é adequada, tendo apresentado *eigenvalues* variando entre 0,64 e 7,06. A solução fatorial

apresentou dois fatores com apenas dois itens, e vários itens que apresentam cargas fatoriais superiores a  $|0,30|$  em mais de um fator.

Com base no *scree plot* observado nesta primeira e na solução fatorial apresentada, uma análise adicional foi realizada, solicitando dois fatores. Esta análise apresentou uma solução fatorial com índices mais adequados, explicando, conjuntamente, 32,9% da variância (Ver Tabela 2). De acordo com Damásio (2012), não existem valores fixos e confiáveis de porcentagem de variância explicada que possam ser considerados como indicação da qualidade do instrumento testado. Revisão realizada por esse autor informa que, em geral, “soluções fatoriais nas pesquisas em Psicologia explicavam menos de 50% da variância total” (Damásio, 2012, p. 222). Adicionalmente, o valor da variância explicada demonstrou estar inversamente associado ao número de itens e ao tamanho da amostra. Em decorrência destes resultados, não existem níveis considerados apropriados de variância explicada, para que esta seja aceitável ou não como indicador da qualidade de um instrumento. Em geral, forçar mais fatores de forma a abranger mais variância explicada tende a criar construtos sem significado.

Tabela 2

*Solução Fatorial do Questionário de Fundamentos Morais (QFM)*

Itens	Carga fatorial	
	Fator 1	Fator 2
16. Se alguém agiu ou não de uma forma que seria aprovada por Deus.	<b>0,73</b>	0,02
27. Certos atos são errados com base no fato de serem antinaturais.	<b>0,71</b>	0,10
05. Se alguém violou ou não os padrões de pureza e decência.	<b>0,69</b>	0,14
20. Respeito pela autoridade é algo que toda criança precisa aprender.	<b>0,68</b>	0,05
10. Se alguém está de acordo ou não com as tradições da sociedade.	<b>0,65</b>	0,07

32. A castidade é uma virtude importante e valiosa.	<b>0,64</b>	0,14
21. As pessoas não deveriam fazer coisas repugnantes, mesmo quando ninguém for prejudicado.	<b>0,61</b>	0,07
04. Se alguém demonstrou ou não falta de respeito à autoridade.	<b>0,59</b>	0,14
03. Se as ações de alguém demonstram ou não amor por seu país.	<b>0,55</b>	0,06
26. Homens e mulheres têm papéis diferentes na sociedade.	<b>0,55</b>	0,16
31. Se eu fosse um soldado e discordasse de alguma ordem do meu superior, eu obedeceria mesmo assim, pois este é o meu dever.	<b>0,53</b>	0,16
15. Se alguma ação causou ou não caos ou desordem.	<b>0,51</b>	0,24
25. Devemos ter lealdade para com os membros da família, mesmo quando cometem erros.	<b>0,46</b>	0,14
30. Ter um espírito de equipe é mais importante do que expressar uma opinião individual.	<b>0,37</b>	0,08
19. Tenho orgulho da história do meu país.	0,29	0,01
28. Matar um ser humano nunca pode estar certo.	0,28	0,06
08. Se os atos de alguém foram ou não justos.	0,06	<b>0,73</b>
13. Se a alguém foi ou não negado seus direitos.	0,18	<b>0,71</b>
12. Se alguém foi ou não cruel.	0,05	<b>0,69</b>
14. Se alguém mostrou ou não falta de lealdade.	0,20	<b>0,61</b>
09. Se alguém cometeu ou não alguma traição contra seu próprio grupo.	0,15	<b>0,61</b>
07. Se alguém cuidou ou não de uma pessoa fraca ou vulnerável.	0,12	<b>0,57</b>
02. Se algumas pessoas foram ou não tratadas de forma diferente de outras.	0,11	<b>0,55</b>
11. Se alguém fez ou não algo repugnante.	0,21	<b>0,50</b>
01. Se alguém sofreu ou não emocionalmente.	0,06	<b>0,42</b>
24. A justiça é o pré-requisito mais importante de uma sociedade.	0,13	<b>0,42</b>
18. Quando o governo cria leis, o princípio mais importante deveria ser a garantia de que todos sejam tratados com justiça.	0,02	<b>0,41</b>
17. A virtude mais crucial é a compaixão pelos que sofrem.	0,14	0,28
23. Uma das piores coisas que alguém pode fazer é machucar um animal indefeso.	0,02	0,28
29. Eu acho moralmente errado que crianças ricas herdem muito dinheiro enquanto crianças pobres não herdem nada.	0,03	0,13
<i>Eigenvalue</i>	6,96	2,90
Variância explicada	23,21%	9,68%
Alfa de Cronbach	0,84	0,89

O primeiro fator, denominado de *Moral Vinculativa*, uniu itens das dimensões teóricas *Autoridade* (04, 10, 15, 20, 26, 31), *Pertencimento Social* (03,



25, 30) e *Pureza* (05, 16, 21, 27, 32). Este fator pode ser interpretado como uma maior importância atribuída a aspectos socialmente normativos e à moral do grupo social ao qual o participante pertence, tendo como característica proporcionar vínculo entre os membros de um dado grupo, sociedade ou cultura (Graham et al., 2011).

O segundo fator, denominado *Moral Individualizante*, uniu itens das dimensões teóricas *Dano* (01, 07, 12), *Pertencimento Social* (09, 14), *Justiça* (02, 08, 13, 18, 24) e um item da dimensão *Pureza* (11). Este fator pode ser interpretado como uma maior importância atribuída a aspectos relacionados à justiça e à proteção aos direitos do indivíduo e/ou do grupo, funcionando como uma particularidade que diferencia o indivíduo em relação aos demais (Graham et al., 2011).

Embora todos os itens tenham apresentado poder discriminativo, a análise fatorial exploratória revelou que os itens 17 (“A virtude mais crucial é a compaixão pelos que sofrem”), 19 (“Tenho orgulho da história do meu país”), 23 (“Uma das piores coisas que alguém pode fazer é machucar um animal indefeso”), 28 (“Matar um ser humano nunca pode estar certo”) e 29 (“Eu acho moralmente errado que crianças ricas herdem muito dinheiro enquanto crianças pobres não herdem nada”) não conseguiram se agregar aos fatores propostos, e foram excluídos.

Os resultados descritos neste estudo, embora semelhantes ao modelo hierárquico previsto pelo estudo original, diferem da estrutura de cinco fatores proposta por Graham et al. (2011), visto que, no processo de adaptação e análise dos dados, apenas duas dimensões foram mantidas. Portanto, a fim de verificar a

validade dessa nova estrutura, realizou-se um segundo estudo, utilizando a análise fatorial confirmatória, descrito a seguir.

## Estudo 2

### Método

#### Participantes

Participaram do estudo 371 indivíduos adultos (ver Tabela 3), usuários de internet, com maior concentração nas faixas etárias entre 21 e 35 anos (62,8%), 61,2% do sexo feminino, de todas as regiões brasileiras, com predomínio da Região Sudeste (70,9%). A composição das amostras seguiu os mesmos critérios de exclusão: nacionalidade (estrangeiro) e idade (menor de 18 anos).

Tabela 3

*Características Sociodemográficas de Homens e Mulheres da Amostra do Estudo*

2

Variável	Total (n = 371)	Homens (n = 144)	Mulheres (n = 227)
<b>Faixa etária</b>			
Entre 18 e 20 anos	11 (3,0%)	5 (3,5%)	6 (2,6%)
Entre 21 e 28 anos	135 (36,4%)	50 (37,4%)	85 (37,4%)
Entre 29 e 35 anos	98 (26,4%)	49 (34,0%)	49 (21,6%)
Entre 36 e 42 anos	44 (11,9%)	15 (10,4%)	29 (12,8%)
Entre 43 e 49 anos	42 (11,9%)	13 (9,0%)	29 (12,8%)
Entre 50 e 56 anos	29 (7,8%)	9 (6,3%)	20 (8,8%)
Entre 57 e 62 anos	8 (2,2%)	3 (2,1%)	5 (2,2%)
Entre 63 e 70 anos	4 (1,1%)	0 (0,0%)	4 (1,8%)
<b>Filhos</b>			
Sim	72 (19,4%)	26 (18,1%)	46 (20,3%)
Não	299 (80,6%)	118 (81,9%)	181 (79,7%)

Estado civil			
Solteiro	180 (48,5%)	71 (49,3%)	109 (48,0%)
Casado	163 (43,9%)	66 (45,8%)	97 (42,7%)
Divorciado	26 (7,0%)	7 (4,9%)	19 (8,4%)
Viúvo	2 (0,5%)	0 (0,0%)	2 (0,9%)
Crença religiosa			
Sim	289 (77,9%)	106 (73,6%)	181 (80,6%)
Não	82 (22,1%)	38 (26,4%)	44 (19,4%)
Religião			
Católico	134 (36,1%)	55 (38,2%)	79 (34,8%)
Evangélico	50 (13,5%)	17 (11,8%)	33 (14,5%)
Espírita	70 (18,9%)	25 (17,4%)	45 (19,8%)
Outra	8 (2,2%)	3 (2,1%)	5 (2,2%)
Não definiu/não declarou	11 (3,0%)	4 (2,8%)	7 (4,5%)
Sem religião	16 (4,3%)	2 (1,4%)	14 (6,2%)
Escolaridade			
Ensino Fundamental (completo)	1 (0,3%)	0 (0,0%)	1 (0,4%)
Ensino Médio (completo)	70 (18,9%)	34 (23,6%)	36 (15,4%)
Ensino Superior (completo)	145 (39,1%)	73 (50,7%)	72 (31,7%)
Pós-graduação	155 (41,8%)	37 (25,7%)	118 (52,0%)
Trabalha atualmente			
Sim	263 (70,9%)	115 (79,9%)	148 (65,2%)
Não	108 (29,1%)	29 (20,1%)	79 (34,8%)
Região do Brasil			
Norte	5 (1,3%)	1 (0,7%)	4 (1,8%)
Nordeste	31 (8,4%)	16 (11,1%)	15 (6,6%)
Centro-Oeste	26 (7,0%)	16 (11,1%)	10 (4,4%)
Sudeste	263 (70,9%)	91 (63,2%)	172 (75,8%)
Sul	46 (12,4%)	20 (13,9%)	26 (11,4%)

## Instrumento

Foram utilizados os mesmos instrumentos do Estudo 1, a saber, o *Questionário de Fundamentos Morais (QFM)* e *Questões Sociodemográficas*.

### **Procedimento de coleta dos dados**

Foi adotado o mesmo procedimento de coleta realizado no Estudo 1.

### **Análise dos dados**

Estatísticas descritivas e correlações foram realizadas utilizando o *software SPSS* (versão 19). A análise fatorial confirmatória foi realizada mediante o uso do *software AMOS*, no qual se considerou a matriz de covariância com o estimador de máxima verossimilhança (ML). Foram utilizados os seguintes indicadores de ajuste do modelo aos dados: a razão qui-quadrado por graus de liberdade ( $\chi^2/gf$ ), que deve apresentar resultados abaixo de 3; o *goodness-of-fit index (GFI)* e o *comparative fit index (CFI)*, que devem apresentar resultados iguais ou acima de 0,90; e o *root mean square error of approximation (RMSEA)*, que deve ser igual ou abaixo de 0,08 (Byrne, 2001).

## **Resultados**

De forma a confirmar a estrutura fatorial da medida, o mesmo procedimento de análise confirmatória da escala anterior foi realizado, utilizando a segunda amostra (N = 371). Três modelos foram testados: Modelo 1 – modelo proposto teoricamente, com cinco dimensões; Modelo 2 – modelo bifatorial observado na análise exploratória; e Modelo 3 – modelo unifatorial alternativo. Os resultados são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4

*Análise Fatorial Confirmatória do Questionário de Fundamentos Morais (QFM)*

Modelos	$\chi^2$	GI	$\chi^2/gf$	GFI	AGFI	CFI	RMSEA (IC 95% Mín-Máx)
Modelo 1	1555,71**	395	3,94	0,75	0,70	0,68	0,089 (0,084 – 0,094)
Modelo 2	762,94**	265	2,88	0,85	0,82	0,85	0,071 (0,065 – 0,077)
Modelo 3	1069,33**	265	4,03	0,77	0,72	0,75	0,091 (0,085 – 0,096)

Nota: \*  $p < 0,05$ ; \*\*  $p < 0,01$ . Modelo 1 – cinco fatores teóricos originais; Modelo 2 – solução bifatorial observada da AFE; Modelo 3 – solução unifatorial alternativa.

De acordo com os resultados observados, o Modelo 1 e o Modelo 3 apresentam índices considerados inadequados de acordo com o padrão esperado. O Modelo 2, bifatorial proposto na análise exploratória, apresentou os índices considerados mais aceitáveis. Tais resultados fornecem indicadores de validade e fidedignidade da medida, sugerindo a adequação de seu uso no contexto brasileiro.

## Discussão

O objetivo deste estudo foi buscar evidências de validade do *Questionário de Fundamentos Morais* para ser utilizado em contexto brasileiro. Neste sentido, optou-se pelo método de tradução por especialistas, considerado mais adequado por permitir apreender as diferenças idiomático-culturais entre o inglês americano e o português brasileiro (Sandoval & Durán, 1998), em lugar do método de tradução reversa.

A estrutura proposta pelos autores do questionário original continha 30 itens divididos em cinco dimensões e duas partes que avaliavam relevância moral e julgamento moral. Contudo, tal estrutura não pôde ser observada nas análises

fatoriais exploratórias realizadas no Estudo 1, o que sugeriu a necessidade de um novo estudo que confirmasse os resultados encontrados.

O Estudo 2 confirmou a estrutura encontrada no Estudo 1, indicando um modelo composto por 25 itens divididos em duas partes e dois fatores ou dimensões para o contexto brasileiro. Embora a adaptação brasileira tenha apresentado apenas dois fatores, em comparação com os cinco fatores propostos pelo estudo de validação americano, deve-se destacar que o modelo bifatorial está previsto no estudo original como uma forma hierárquica, estando um nível acima do modelo de cinco fatores (Graham et al., 2011).

Em relação às preocupações morais individualizantes, foram reunidos neste fator os itens relativos às dimensões teóricas de *Dano*, *Justiça*, *Pertencimento social*, e um item da dimensão *Pureza*. Os itens aparentemente se relacionam com a ética da autonomia (Shweder et al., 1997), correspondendo ao fator individualizante (*Individualizing*) do modelo hierárquico contido no estudo original americano. Esse fator foi interpretado como uma maior importância atribuída a aspectos relacionados à justiça e à proteção aos direitos do indivíduo e/ou do grupo, funcionando como uma característica moral particular do indivíduo em relação aos demais (Graham et al., 2011).

Dois itens que avaliavam relevância no domínio pertencimento social agruparam-se com as preocupações morais individualizantes (“Se alguém mostrou ou não falta de lealdade”; “Se alguém cometeu ou não alguma traição contra seu próprio grupo”), assim como um item da dimensão pureza (“Se alguém fez ou não algo repugnante”), em vez de agruparem-se com preocupações morais vinculativas. De acordo com esses resultados, no contexto da amostra brasileira,

falta de lealdade, traição ao próprio grupo e repugnância de um ato parecem ser interpretados mais num enfoque de dano individual do que em relação aos efeitos que geram para o grupo. Uma possível explicação é que tais atos, a despeito de sua consequência para o coletivo, sejam significados pela amostra, a partir de sua vivência pessoal de tais situações, em uma lógica na qual o individual e o coletivo não estariam em polos opostos. De fato, de acordo com Escóssia e Kastrup (2005), a oposição indivíduo-sociedade também deve ser considerada segundo uma lógica não dicotômica, para a qual o coletivo seria definido como um plano de coengendramento entre o individual e o social. Por se tratar de um viés inesperado da compreensão da relevância moral em contexto brasileiro, tais dados merecem ser mais bem explorados em estudos posteriores.

Em relação aos itens que avaliam dano, faz-se necessário pontuar algumas outras particularidades. Nesse estudo de evidências de validade, os três itens que avaliam julgamento moral relativo a dano (itens “A virtude mais crucial é a compaixão pelos que sofrem”; “Uma das piores coisas que alguém pode fazer é machucar um animal indefeso”; e “Matar um ser humano nunca pode estar certo”) não se agruparam com nenhum dos fatores. Era esperado que compusessem as preocupações morais individualizantes, mas as respostas não seguiram nenhum padrão. Resultado semelhante ocorreu com o item que avaliava julgamento moral sobre riqueza, inserida na noção de justiça (“Eu acho moralmente errado que crianças ricas herdem muito dinheiro enquanto crianças pobres não herdem nada”). Era esperado que esse item se aglutinasse com os itens do fator de preocupações individualizantes, contudo ele não se agrupou com qualquer dos dois fatores. Esses achados podem sugerir que, para a amostra brasileira,

provocar a morte de um ser humano (para o qual, se considerado um ato que nunca pode estar certo, excluem-se exceções como a legítima defesa, p. ex.), sentir compaixão pelo sofrimento humano (sem um agente causador explícito), causar dano aos animais indefesos (sem especificar se o animal é doméstico ou parte da cadeia alimentar) e concentrar riqueza (herança para algumas crianças em detrimento de outras) parecem não ter apresentado uniformidade no julgamento moral da amostra estudada. É possível que esse resultado esteja refletindo, por um lado, a formulação generalista (falta de especificidade) do item e, por outro, o fato de a amostra não ter apresentado sensibilidade moral em relação a tais temas. Acrescente-se a possibilidade de o julgamento moral dos itens ter recrutado o pensamento racional consciente, mais do que a intuição (Haidt, 2001), ou ainda a possibilidade de não haver uma intuição socialmente modulada sobre os temas, no contexto da cultura brasileira.

Com relação ao fator preocupações morais vinculativas (*Binding*), verificou-se a predominância esperada dos itens que avaliam as dimensões teóricas *Autoridade*, *Pertencimento Social* e *Pureza*, isto é, as preocupações morais que atribuem uma maior importância a aspectos socialmente normativos e à moral do grupo social ao qual o participante pertence, tendo como característica promover vínculo entre os membros de um dado grupo, sociedade ou cultura (Graham et al., 2011). Esse achado corrobora a proposta teórica de uma ética da comunidade e da divindade (Shweder et al., 1997), para a qual cada pessoa é de alguma forma vinculada às demais, o que agrega e mantém a organização social, bem como o sistema moral que a estrutura (Haidt & Kessebir, 2010).



O item que avalia o julgamento moral referente ao contexto histórico e à nacionalidade, inserido no contexto de pertencimento social (“Tenho orgulho da história do meu país”), foi o único desse fator que não se agrupou com nenhum dos dois fatores. A exclusão desse e dos outros itens citados sugere possivelmente uma especificidade do contexto sociocultural que alicerça o julgamento moral de brasileiros. Vale notar que, de acordo com a visão funcionalista dos sistemas morais, é o conjunto de valores, virtudes, normas, práticas, identidades, instituições e tecnologias, juntamente com mecanismos psicológicos, que regulam a vida social, tornando-a possível (Haidt & Kesebir, 2010). Neste sentido, é possível especular que, dada a profusão de acontecimentos recentes e controversos na história do país relacionados à questão da moral, o item pode ter disparado nos participantes, ao invés de uma avaliação intuitiva, uma avaliação racional. Contudo, é importante observar que todos os 15 itens que avaliaram relevância moral apresentaram evidências de validade.

Embora este estudo não tenha encontrado a estrutura proposta pelos autores da escala original, os resultados das análises fatoriais confirmatórias sugerem que, mediante testagem, a estrutura de dois fatores não apresenta diferença significativa da estrutura de cinco fatores. Um estudo recente, que propôs uma adaptação do QFM, comparando-o com uma medida de religiosidade (Silvino et al., 2016), também encontrou uma estrutura bifatorial para a versão apresentada, o que corrobora com os resultados encontrados neste trabalho. Dessa forma, o modelo de dois fatores é considerado mais apropriado para a amostra brasileira estudada, por não excluir conteúdo teórico, por ter apresentado

consistência interna, bem como outros parâmetros psicométricos aceitáveis, além de indicadores de ajuste adequados que atendem aos valores sugeridos pela literatura (Byrne, 2001).

Uma das possíveis limitações dos estudos foi sua realização em contexto virtual. Sugere-se que novas amostras e formas de coleta presenciais sejam utilizadas para testar se a estrutura fatorial observada se confirma. Outro dado a ser considerado acerca da caracterização amostral do estudo é a predominância de participantes da Região Sudeste, que pode ter resultado em uma avaliação do julgamento moral na perspectiva mais específica de uma população urbana, com boas condições socioeconômicas e acesso à internet.

De forma geral, contudo, é possível afirmar que as características psicométricas da escala são compatíveis com o estudo original americano. Valores elevados de consistência interna são bastante satisfatórios e indicam a fidedignidade do QFM. A análise fatorial confirmatória sugere que o QFM avalia um construto bidimensional, conforme previsto no modelo hierárquico do estudo americano.

Os resultados obtidos sustentam a validade e fidedignidade do questionário, de forma que este instrumento pode contribuir para o campo de estudos da psicologia moral. Sugere-se que sejam realizadas novas pesquisas, especialmente no que diz respeito a sua estrutura multidimensional, a fim de aprofundar o trabalho aqui iniciado.

## Referências

- Aharoni, E., Antonenko, O., & Kiehl, K. A. (2011). Disparities in the moral intuitions of criminal offenders: the role of psychopathy. *Journal of Research in Personality, 45*(3), 322-327.
- Beaton, D. E., Bombardier, C., Guillemin, F., & Ferraz, M. B. (2000). Guidelines for the process of cross-cultural adaptation of self-report measures. *Spine, 25*(24), 3186-3191.
- Boer, D., & Fischer, R. (2013). How and when do personal values guide our attitudes and sociality? Explaining cross-cultural variability in attitude-value linkages. *Psychological Bulletin, 139*(5), 1113-1147.
- Byrne, B. M. (2001). *Structural equation modeling with AMOS: basic concepts, applications, and programming*. Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Cornwell, J. F., & Higgins, E. T. (2013). Morality and its relation to political ideology: the role of promotion and prevention concerns. *Personality and Social Psychology Bulletin, 39*(9), 1164-1172.
- Cushman, F., Young, L., & Hauser, M. (2006). The role of conscious reasoning and intuition in moral judgment: testing three principles of harm. *Psychological Science, 17*, 1082.
- Damáσιο, B. F. (2012). Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. *Avaliação Psicológica, 11*(2), 213-228.
- Dogrueel, L., Joeckel, S., & Bowman, N. D. (2013). Elderly people and morality in virtual worlds: a cross-cultural analysis of elderly people's morality in interactive media. *New Media & Society, 15*(2), 276-293.
- Douglas, M. (1966). *Purity and danger*. London, England: Routledge.

- Fiske, A. P. (1992). The four elementary forms of sociality: framework for a unified theory of social relations. *Psychological Review*, 99, 689-723.
- Graham, J., Haidt, J., & Nosek, B. A. (2009). Liberals and conservatives rely on different sets of moral foundations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 96(5), 1029-1046.
- Graham, J., Meindl, P., Beall, E., Johnson, K. M., & Zhang, L. (2016). Cultural differences in moral judgment and behavior, across and within societies. *Current Opinion in Psychology*, 8, 125-130.
- Graham, J., Nosek, B. A., & Haidt, J. (2012). The moral stereotypes of liberals and conservatives: exaggeration of differences across the political spectrum. *PLOS ONE*, 7(12), e50092.
- Graham, J., Nosek, B. A., Haidt, J., Iyer, R., Koleva, S., & Ditto, P. H. (2011). Mapping the moral domain. *Journal of Personality and Social Psychology*, 101, 366-385.
- Haidt, J. (2001). The emotional dog and its rational tail: a social intuitionist approach to moral judgment. *Psychological Review*, 108, 814-834.
- Haidt, J. (2007). The new synthesis in moral psychology. *Science*, 316, 998-1001.
- Haidt, J., & Graham, J. (2007). When morality opposes justice: conservatives have moral intuitions that liberals may not recognize. *Social Justice Research*, 20(1), 98-116.
- Haidt, J., & Joseph, C. (2007). The moral mind: how five sets of innate intuitions guide the development of many culture-specific virtues, and perhaps even modules. In P. Carruthers, S. Laurence & S. Stich (Eds.). *The Innate Mind* (Vol. 3, pp. 367-392). Oxford: Oxford University Press.

- Haidt, J., & Kessebir, S. (2010). Morality. In S. T. Fiske, D. T. Gilbert & G. Lindzey (Orgs.). *Handbook of social psychology* (pp.797-832). New Jersey: Wiley.
- Haidt, J., Koller, S. H., & Dias, M. (1993). Affect, culture, and morality, or is it wrong to eat your dog?. *Journal of Personality and Social Psychology*, *65*, 613-628.
- Hofmann, W., Wisneski, D. C., Brandt, M. J., & Skitka, L. J. (2014). Morality in everyday life. *Science*, *345*(6202), 1340-1343.
- Jansson, J., & Dorrepaal, E. (2015). Personal norms for dealing with climate change: results from a survey using Moral Foundations Theory. *Sustainable Development*, *23*, 381-395. doi: 10.1002/sd.1598.
- Mansur-Alves, M., Silva, R. S., & Fernandes, S. C. D. Á. (2016). Impact of the Psychological Testing Assessment System (SATEPSI) for scientific publications in psychological assessment. *Psico-USF*, *21*, 179-188.
- Moll, J., Oliveira-Souza, D., & Zahn, R. (2008). The neural basis of moral cognition. *Annals of the New York Academy of Sciences*, *1124*(1), 161-180.
- Noser, A. E., Zeigler-Hill, V., Vrabel, J. K., Besser, A., Ewing, T. D., & Southard, A. C. (2015). Dark and immoral: the links between pathological personality features and moral values. *Personality and Individual Differences*, *75*, 30-35.
- Primi, R. (2010). Avaliação psicológica no Brasil: fundamentos, situação atual e direções para o futuro. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *26*(spe), 25-35.
- Rest, J., Narvaez, D., Bebeau, M., & Thoma, S. (1999). A neo-Kohlbergian approach: the DIT and schema theory. *Educational Psychology Review*, *11*(4), 291-324.

- Rozin, P., Haidt, J., & McCauley, C. R. (2000). Disgust. In M. Lewis & J. Haviland (Eds.). *Handbook of emotions* (2nd ed., pp. 637-653). New York, NY: Guilford Press.
- Sandoval, J., & Durán, R. P. (1998). Language. In J. Sandoval, C. L. Frisby, K. F. Geisinger, J. D. Scheuneman & J. R. Grenier (Orgs.). *Test interpretation and diversity: achieving equity in assessment* wording (pp. 181-211). Washington, DC: American Psychological Association.
- Silvino, A. M. D., Pilati, R., Keller, V. N., Silva, E. P., Freitas, A. F. D. P., Silva, J. N., & Lima, M. F. (2016). Adaptation of the Moral Foundations Questionnaire to Brazilian Portuguese. *Psico-USF*, 21(3), 487-495.
- Shweder, R. A., Much, N., Park, L., & Mahapatra, M. M. (1997). The “big three” of morality (autonomy, community, divinity) and the “big three” explanations of suffering. In A. M. Brandt & P. Rozin (Eds.). *Morality and Health* (pp. 119-169). Nova York: Routledge.
- Weber, C. R., & Federico, C. M. (2013). Moral foundations and heterogeneity in ideological preferences. *Political Psychology*, 34(1), 107-126.
- Wheatley, T., Haidt, J. (2005). Hypnotic disgust makes moral judgments more severe. *Psychological Science*, 16, 780-784.
- Yilmaz, O., Harma, M., Bahçekapili, H. G., & Cesur, S. (2016). Validation of the Moral Foundations Questionnaire in Turkey and its relation to cultural schemas of individualism and collectivism. *Personality and Individual Differences*, 99, 149-154.

## ARTIGO 2

### Autoconsciência, empatia e autoconceito moral predizem preocupações morais em adultos

#### Resumo

Preocupações morais são processos sociointuitivos que compreendem aspectos individuais e coletivos modulados pela cognição social. Neste sentido, o objetivo deste estudo foi verificar as relações entre autoconsciência, empatia e preocupações morais individualizantes (PMI) e vinculativas (PMV). Para tanto, delineou-se um estudo quantitativo, no qual 341 adultos brasileiros (63% de mulheres) responderam à Escala de Autorreflexão e *Insight*, Escala de Empatia, Escala de Autoconceito Moral e ao Questionário de Fundamentos Morais. Os dados foram submetidos à análise de regressão linear múltipla. Os resultados indicaram uma associação positiva entre as PMI e as variáveis autoconceito moral, preocupação empática e angústia pessoal. Em relação às PMV, autorreflexão e tomada de perspectiva associaram-se negativamente, ao passo que autoconceito moral e consideração empática se associaram positivamente. Conclui-se que os componentes afetivos de empatia e autoconceito moral são bons preditores de preocupações morais, e que processos metacognitivos de alta ordem não são preditores de PMI, mas preditores negativos de PMV.

**Palavras-chave:** autopercepção, empatia, autoconceito, moralidade, cognição social.

A natureza social humana pode ser definida como a habilidade de compartilhar visões de mundo e de si, e acumular normas e crenças (Barrett, Henzi & Lusseau, 2012). A forma como um indivíduo se importa com as relações que estabelece com outros e com os grupos do qual faz parte (Haidt, 2007) constitui as chamadas preocupações morais. Trata-se de valores socialmente compartilhados que abarcam princípios como justiça, reciprocidade, autoridade, pertencimento social e pureza, encontrados em todas as culturas humanas (Graham et al., 2011). Entretanto, embora sejam universais, cada cultura se difere das demais por meio do grau de importância atribuído a cada um desses princípios. Neste sentido, preocupações morais podem ser definidas como processos automáticos, sociointuitivos, modulados pela cultura, vividos sob a forma de sentimentos de aprovação ou desaprovação diante de quaisquer situações com conteúdo moral. Originam-se por meio de um sofisticado processamento de informações sociais (Haidt & Joseph, 2007), centralizadas por um cérebro altamente especializado em interações sociais (Frith, 2007).

Estudos acerca de preocupações morais apresentam uma mudança significativa em relação ao papel que a razão exerce sobre o julgamento moral, isto é, a razão moral deixa de ser vista como disparador do julgamento, passando a ocupar uma etapa posterior e facultativa. De acordo com a Teoria dos Fundamentos Morais (Graham et al., 2011), a racionalização tem a função de justificar o sentimento disparado de forma automática e intuitiva diante de um contexto moral, em que o próprio bem-estar ou o bem-estar de outros possa estar sendo afetado. Para os autores, embora o ser humano tenha, em primeiro lugar,



um autointeresse, ele também se importa com a forma como ele e outros tratam as pessoas, e com a forma com que participa dos grupos (Haidt, 2007).

De acordo com estudos prévios do Questionário de Fundamentos Morais (Graham et al., 2011), um modelo hierárquico de preocupações morais prevê a existência de duas dimensões, uma distintiva e outra vinculativa. Ambas são consideradas como significativamente influenciadas pela cultura, possivelmente em decorrência da necessidade humana de pertencimento e afiliação. Em seus fatores distintivos, as preocupações morais individualizantes (PMI) atribuem importância predominantemente a questões relativas a dano e justiça, ou seja, a aspectos relacionados à justiça e à proteção de direitos. As preocupações morais vinculativas (PMV), por sua vez, atribuem importância a questões relativas a autoridade, pertencimento social e pureza, ou seja, a aspectos socialmente normativos e à moral do grupo social ao qual o indivíduo pertence (Graham et al., 2011).

Mesmo sendo recente, se comparada à visão tradicional da psicologia da moralidade que enfoca o papel central da razão (Kohlberg, 1984), essa abordagem tem ganho força, mostrando-se alinhada com estudos científicos de áreas correlatas (Molnar-Szakacs, 2011; Frith, 2007; Adolphs, 2009). Pesquisas na área de processamento de informação social revelam que tanto processos de cognição social quanto processos de metacognição contribuíram para o surgimento da cultura, em que a moral se fundamenta (Adolphs, 2009).

Cognição social envolve o processamento de informação social, que em sua maior parte ocorre sem a necessidade de consciência (Frith & Frith, 2007). A metacognição, por sua vez, refere-se ao monitoramento consciente dos

processos cognitivos, o que envolve pensar sobre o que se está pensando, tornando possível refletir e justificar o comportamento a outros (Frith, 2012), ao passo que a metacognição de alta ordem trata não apenas a respeito de pensar sobre o que se está pensando, mas sobre aquele que pensa. Neste sentido, é possível que as preocupações morais estejam relacionadas a três aspectos específicos da cognição social e da metacognição: empatia, autoconsciência e autoconceito moral.

Empatia é a consciência do pensamento e sentimento de outras pessoas (Davis, 1983; Sampaio, Guimarães, Camino, Formiga & Menezes, 2011) e é disparada pela observação do comportamento de outras pessoas (Leiberg & Anders, 2006). É um mecanismo que participa tanto da cognição social quanto do ajustamento social, mas também depende da habilidade de se autoavaliar. A habilidade de perceber, compartilhar e compreender o estado emocional de outros confere significado às interações e é essencial à sobrevivência (Decety & Svetlova, 2012; Carrera et al., 2013; Robinson, 2008). Além disso, os déficits de empatia estão relacionados a transtornos de personalidade como psicopatia (Hare, 1993), maquiavelismo, narcisismo (Wai & Tiliopoulos, 2012) e até mesmo a déficits interpessoais na síndrome do espectro autista (aan het Rot & Hogenelst, 2014; Lombardo, Barnes, Wheelwright & Bahon-Cohen, 2007). Trata-se, portanto, de uma construção complexa de amplo espectro que inclui contágio emocional, sentimentos de preocupação, experiências de compartilhar a emoção dos outros e até mesmo a capacidade de saber o que o outro está pensando ou sentindo (Decety & Svetlova, 2012; Todd & Burgmer, 2013). Ou seja, a empatia compreende habilidades socioemocionais que se ancoram em operações

paralelas do conjunto de subsistemas emocionais, neurobiológicos e cognitivos (Reniers et al., 2012; Molnar-Szakacs, 2011). Tais habilidades socioemocionais agregadas ao conhecimento do mundo social resultam em um funcionamento moral que capacita e compele os indivíduos a produzir respostas a eventos que afetam o bem-estar dos outros, próximos ou distantes. Assim, o funcionamento moral maduro depende da integração da emoção, intuição e razão (Narvaez, 2010), o que significa que compreender o estado emocional de outros é tão importante quanto monitorar e avaliar os próprios sentimentos, pensamentos e ações.

Autoconsciência é uma metacognição de alta ordem, uma avaliação introspectiva sobre os próprios sentimentos, pensamentos e comportamentos (Grant, Franklin & Langford, 2002; DaSilveira, DeCastro & Gomes, 2012). O monitoramento das próprias ações e a avaliação desse monitoramento são aspectos fundamentais da autoavaliação, que é a base da autoconsciência privada (Silvia, Eichstaedt & Phillips, 2005; Trapnell & Campbell, 1999). De acordo com Grant et al. (2002), a autoconsciência privada pode ser decomposta em dois subfatores: a autorreflexão, que está associada ao monitoramento das próprias ações, e o *insight*, que está associado à avaliação desse monitoramento. A autoconsciência tem sua origem na capacidade de diferenciar entre si e o outro, e inclui um senso de agência sobre as experiências, bem como uma perspectiva em primeira pessoa sobre a consciência do espaço, do ambiente, das emoções e da memória por meio de um mecanismo neural integrativo específico (Rochat, 2013; Webber, 2011). Neste sentido, o *self*, ou o senso de agência, pode ser definido

como um sistema de autoatribuição formado por uma moldura de referências sociais de representações compartilhadas (De Vignemont & Fournieret, 2004).

Finalmente, o autoconceito moral é definido como uma autodescrição em relação a características morais autoavaliadas (Stake, 1994). Por sua vez, o autoconceito é a parte do sistema de autoatribuição formado por autodescrições de conteúdos autoavaliativos (Stake, 1994). Achados do estudo de Lu e Chang (2011) com estudantes universitários sugerem que o autoconceito moral seja uma função da autoconsciência, e estudos posteriores encontraram uma correlação significativa entre comportamento moral e altos índices de autoconceito moral (Young, Chakroff & Tom, 2012; Cremer & Mulder, 2007). Além disso, o caráter moral é uma dimensão importante com a qual se avalia e é avaliado por outros (Nowak, Page & Sigmund, 2000), ou seja, é seguro e confiável prever potenciais parceiros e colegas de trabalho com base em seus traços morais. Estudos recentes sobre o *self* moral reivindicam que traços morais são essencialmente o que fazem uma pessoa ser o que é. Sem essa sensibilidade moral, a pessoa deixa de existir e se torna irreconhecível em comparação com quem ele ou ela costumava ser (Strohminger & Nichols, 2014). Para os pesquisadores do *self* moral, a maneira pela qual os indivíduos monitoram seus padrões sociais adequados está no cerne da estabilidade da identidade pessoal. Segundo Haidt (2007), o interesse pessoal vem acompanhado pelo interesse no tratamento que se confere aos outros e aos grupos aos quais se pertence. Juntos, esses achados ajudam a explicar a importância do autoconceito moral para as preocupações morais.

Sendo assim, se é verdadeiro que as preocupações morais são parte de um processo de intuição modulado pelas cognições sociais, o objetivo principal do presente estudo é testar a relação entre preocupações morais, autoconsciência, empatia e autoconceito moral. Espera-se que alguns aspectos da empatia sejam bons preditores de preocupações morais, como por exemplo, o autoconceito moral dos participantes. Já para as habilidades metacognitivas de alta ordem, tais como a autoconsciência e a tomada de perspectiva, não se espera que sejam preditores de preocupações morais intuitivas, por envolverem autorreflexão e controle cognitivo, ao passo que preocupações morais são formas automáticas e intuitivas de cognição social.

## **Método**

### **Participantes**

Trezentos e quarenta e um indivíduos adultos responderam à pesquisa, com maior concentração de participantes nas faixas etárias entre 21 e 28 anos (37%) e entre 28 e 35 anos (26%), sendo 63% do sexo feminino, de todas as regiões brasileiras, com predomínio da Região Sudeste (65,9%). Brasileiros adultos com idade de 18 anos ou mais foram os critérios de inclusão definidos para o estudo. Brasileiros residentes no exterior foram excluídos da amostra.

### **Instrumentos e procedimentos de coleta dos dados**

1. *Escala de Autorreflexão e Insight – EAI (Anexo A)*. A EAI (DaSilveira, DeCastro & Gomes, 2012) é uma adaptação validada para uso no Brasil a partir da *Self-Reflection and Insight Scale* (Grant et al., 2002). A

escala é composta de 20 itens avaliados por intermédio de escala *Likert*, que varia de 1 (discordo fortemente) a 5 (concordo fortemente). Duas dimensões avaliam diferentes lógicas do construto teórico, em que a autorreflexão (AR) trata da atividade de inspeção e avaliação de pensamentos, sentimentos e comportamentos, (como, por exemplo: “Sou muito interessado em examinar o que penso”), ao passo que o *insight* (IS) trata de um estado interno de entendimento sobre os pensamentos, sentimentos e comportamentos (como, por exemplo: “É importante para mim tentar entender o que significam meus sentimentos”). A versão brasileira utilizada apresentou confiabilidade satisfatória, com alfa = 0,90 para autorreflexão e 0,82 para *insight*.

2. *Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal – EMRI (Anexo B).*

A EMRI (Sampaio et al., 2011) é uma adaptação brasileira do *Interpersonal Reactivity Index – IRI* (Davis, 1983). Trata-se de uma escala que avalia componentes cognitivos e afetivos da empatia. Compõe-se de quatro dimensões que dão origem a subescalas independentes avaliadas por escala *Likert* de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente), totalizando 26 itens. As dimensões cognitivas tomada de perspectiva (TP) e fantasia (FS) avaliam, respectivamente, a capacidade de se colocar no lugar de outras pessoas, imaginando o que elas pensam ou sentem (como, por exemplo: “Tento compreender meus amigos, imaginando como eles veem as coisas”), e a capacidade de colocar-se no lugar de personagens de filmes e/ou livros (como, por exemplo: “Sou neutro quando vejo filmes”, que é um item com

pontuação invertida). As dimensões afetivas consideração empática (CE) e angústia pessoal (AP) avaliam, respectivamente, a motivação para ajudar pessoas por quem se sente afetos empáticos (como, por exemplo: “Coloco-me no lugar do outro, se eu me preocupo com ele”) e as sensações subjetivas de incômodo ou ansiedade produzidas no *self* quando o indivíduo se depara com situações tensas ou de emergência (como, por exemplo: “Habitualmente fico nervoso quando vejo pessoas feridas”). Os estudos de tradução e adaptação apresentaram confiabilidade adequada das dimensões FS, CE, AP e TP com alfa = 0,81, 0,71, 0,76, 0,71, respectivamente.

3. *Escala de Autoconceito Moral – EAM (Anexo C)*. Trata-se da subescala *Morality* da *Six-Factor Self-Concept Scale* (Stake, 1994), que foi traduzida para ser utilizada na presente pesquisa. A tradução por especialistas da EAM (adaptação do 1º passo do método de Beaton, Bombardier, Guillemin & Ferraz, 2000) foi organizada em três etapas. Primeiro a escala foi traduzida do inglês para o português por uma pesquisadora bilíngue, seguida por uma revisão por duas pesquisadoras bilíngues, para verificação de equivalência semântica, e finalizada pela análise da versão revisada por duas especialistas, independentes, em psicologia moral. A escala de autoconceito engloba seis dimensões que avaliam diversos aspectos acerca dos sentimentos e pensamentos que uma pessoa tem por si. A moralidade é uma das seis dimensões da escala de autoconceito e mede a performance individual de adultos em qualidades de valor universal, não específicas

à nacionalidade, religiosidade ou a grupos étnicos, a saber: lealdade, verdade, obediência à lei, fidelidade, confiabilidade, honestidade. Os seis itens são respondidos com base em uma escala do tipo *Likert*, variando de 1 (nunca é verdadeiro para mim) a 7 (sempre é verdadeiro para mim). No estudo de validação original (Stake, 1994) a dimensão moralidade apresentou confiabilidade satisfatória tanto entre estudantes de graduação quanto com adultos não estudantes, com alfa = 0,85 e 0,64, respectivamente, e correlacionou-se de forma positiva com desejabilidade social. No estudo de adaptação para uso da escala no Brasil, a confiabilidade foi estabelecida a partir de um alfa = 0,82 numa população de brasileiros adultos.

4. *Questionário de Fundamentos Morais – QFM (Anexo D)*. Escala traduzida a partir do *Moral Foundations Questionnaire – MFQ* (Graham et al., 2011) pelo método de tradução por especialistas (adaptação do 1º passo do método de Beaton et al., 2000), foi composta por três etapas. Primeiro a escala foi traduzida do inglês para o português por uma pesquisadora bilíngue, seguida por uma revisão por duas pesquisadoras bilíngues, para verificação de equivalência semântica, e finalizada pela análise da versão revisada por duas especialistas, independentes, em psicologia moral. O instrumento é composto por duas partes, que avaliam relevância moral e julgamento moral acerca de preocupações morais por intermédio de uma escala *Likert*, que varia entre 0 (nem um pouco relevante/discordo intensamente) e 6 (extremamente relevante, concordo intensamente), com um total de 25



itens. A adaptação para uso no Brasil apresentou dois fatores: preocupações morais individuais (PMI), que incluem predominantemente itens dos fatores dano e justiça, e preocupações morais vinculativas (PMV), que incluem os itens relativos aos fatores pertencimento social, autoridade e pureza. A confiabilidade da versão brasileira foi alta, estabelecida a partir dos alfas  $PMI = 0,89$  e  $PMV = 0,84$ . Embora cinco itens tenham sido excluídos do questionário, por não se agruparem a nenhum dos fatores, o QFM demonstrou validade e fidedignidade, apresentando características psicométricas satisfatórias.

5. *Ficha de Perfil Sociodemográfico (Apêndice 3)*. Composta de questões sobre sexo, idade e localização geográfica.

Os instrumentos foram apresentados como formulários virtuais e preenchidos de forma anônima, voluntária, sem remuneração e mediante aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 2). Os instrumentos foram apresentados de forma fixa em cinco páginas virtuais. E obedeceram a uma ordem sequencial conforme numeração acima, com uma página virtual para cada instrumento. Era possível rever aquilo que já havia sido preenchido por meio do ícone *voltar*, mas não era possível avançar sem que todos os itens da página estivessem marcados. Ao fim do preenchimento, era necessário clicar no ícone *submeter* para que todos os formulários fossem enviados e computados para o estudo. Os questionários continham medidas adicionais não tratadas neste artigo.

## **Análise dos dados**

A análise dos dados foi realizada por intermédio do programa estatístico *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) for Windows*, versão 18.0. As variáveis nominais ou ordinais, tais como sexo e idade, foram analisadas por meio de frequência e porcentagem. As variáveis intervalares, tais como as medidas provenientes das escalas, foram analisadas por meio de média e desvio-padrão. As análises de confiabilidade das escalas foi medida por intermédio do alfa de Cronbach. As relações dos construtos foram analisadas por meio de correlações. A regressão linear múltipla foi utilizada para avaliar a relação de causa e efeito entre preocupações morais individualistas, preocupações morais coletivistas com as variáveis independentes autorreflexão, *insight*, autoconceito moral, tomada de perspectiva, consideração empática, angústia pessoal e fantasia. O nível de significância adotado foi o de 5% com intervalo de confiança de 95%.

## **Resultados**

As variáveis medidas pelos instrumentos do estudo apresentaram boa consistência interna (Pasquali, 2003), com todos os índices acima de 0,70. Além disso, a média e o desvio-padrão estão de acordo com os encontrados nos estudos originais que desenvolveram ou adaptaram as escalas de *Autorreflexão e Insight – EAI* (DaSilveira et al., 2012); *Autoconceito Moral – EAM* (Stake, 1994); *Multidimensões de Reatividade Interpessoal* (Sampaio et al., 2011); e o *Questionário de Fundamentos Morais – QFM* (Graham et al., 2011) (ver Tabela 1).

Tabela 1

*Propriedades Psicométricas das Variáveis do Estudo*

Variáveis	M	DP	Alfa de Cronbach	Escala		
				Potencia I	Real	Assim.
Autorreflexão (EAI)	4,13	0,59	0,85	1-5	2,0-5,0	-0,64
<i>Insight</i> (EAI)	3,39	0,77	0,81	1-5	1,25-5,0	-0,15
Autoconceito moral (EAM)	6,00	0,73	0,82	1-7	2,83-7,0	-1,11
Tomada de perspectiva (EMRI)	3,49	0,84	0,82	1-5	1,0-5,0	-0,30
Fantasia (EMRI)	4,09	0,57	0,70	1-5	2,17-5,0	-0,56
Angústia pessoal (EMRI)	3,05	0,89	0,83	1-5	1,57-5,0	-0,86
Consideração empática (EMRI)	4,07	0,67	0,83	1-5	1,0-5,0	-0,02
P moral individual (QFM)	4,98	0,65	0,89	0-6	1,67-6,0	-1,32
P moral coletiva (QFM)	3,65	1,02	0,84	0-6	1,36-5,79	-0,15

De forma geral, as variáveis autorreflexão (AR), *insight* (IS), autoconceito moral (AM), tomada de perspectiva (TP), consideração empática (CE), fantasia (FS), angústia pessoal (AP), preocupações morais individualizantes (PMI) e preocupações morais vinculativas (PMV) apresentaram um bom número de covariações entre si com o mínimo de quatro correlações para cada variável (ver Tabela 2).

O escore de preocupações morais individuais (PMI) esteve positivamente correlacionado a autorreflexão (AR), autoconceito moral (AM), tomada de perspectiva (TP), consideração empática (CE), angústia pessoal (AP), fantasia (FS) e preocupação moral vinculativa (PMV). Preocupações morais vinculativas (PMV) apresentaram correlação positiva com *insight* (IS), autoconceito moral (AM), fantasia (FS) e consideração empática (CE), e correlação negativa com tomada de perspectiva (TP).

Como esperado, autorreflexão (AR) correlacionou-se significativamente com *insight* (IS). Além disso, autorreflexão (AR) apresentou correlação positiva com tomada de perspectiva (TP), consideração empática (CE) e fantasia (FS). *Insight* (IS), por sua vez, apresentou correlação positiva com autoconceito moral (AM) e fantasia (FS). Em contrapartida, correlacionou-se de forma negativa com tomada de perspectiva (TP) e angústia pessoal (AP). Em relação ao autoconceito moral (AM), além das correlações acima mencionadas, houve correlação positiva com fantasia (FS) e consideração empática (CE). Tomada de perspectiva (TP) correlacionou-se positivamente/diretamente com consideração empática (CE) e angústia pessoal (AP), em adição. A variável consideração empática (CE) apresentou maior número de correlações, todas positivas, não se correlacionando apenas com *insight* (IS).

Tabela 2

*Covariância dos Construtos Autoconsciência, Empatia, Autoconceito Moral e Preocupações Morais*

	AR	IS	AM	TP	FS	CE	AP	PMI	PM C
Autorreflexão (AR)									
<i>Insight</i> (IS)	,226***								
Autoconceito moral (AM)	,054	,258***							
Tomada de perspectiva (TP)	,151**	-,288***	-,027						
Fantasia (FS)	,260***	,183***	,276***	,099					
Consideração empática (CE)	,182***	-,035	,262***	,400***	,383***				
Angústia pessoal (AP)	-,022	-,467***	-,037	,504***	-,018	,396***			

Preocupação individual (PMI)	,130*	-,010	,258***	,300***	,203***	,486***	,290***	
Preocupação vinciativa (PMV)	-,092	,125*	,310***	,147**	,129*	,183***	,030	,303***

\*\*\*p < 0,001; \*\*p < 0,01; \*p < 0,05.

As análises de regressão linear múltiplas para as variáveis dependentes preocupação moral individual e preocupação moral vinciativa apresentaram um índice altamente significativo (ver Tabela 3). Os pressupostos de ausência de multicolinearidade, ausência de autocorrelação serial e erro-padrão robusto a heterocedasticidade foram satisfeitos. Em relação às preocupações morais individuais, três construtos explicaram 28,3% da variância. As variáveis autoconceito moral ( $p = 0,02$ ), consideração empática ( $p < 0,001$ ) e angústia pessoal ( $p = 0,047$ ) apresentaram correlação positiva significativa com preocupações morais individuais, portanto, à medida que o autoconceito moral aumenta, também aumenta a preocupação moral individual. O mesmo ocorre com a consideração empática e a angústia pessoal. Às preocupações morais individuais, as demais variáveis não se revelaram como fatores relevantes.

Em relação às preocupações morais coletivas, quatro variáveis explicaram 15,4% de sua variância. Autorreflexão ( $p = 0,018$ ) e tomada de perspectiva ( $p < 0,001$ ) apresentaram correlação negativa ( $p < 0,05$ ), ao passo que autoconceito moral ( $p < 0,001$ ) e consideração empática ( $p = 0,006$ ) correlacionaram-se positivamente. Portanto, sugere-se que, quando a autorreflexão e a tomada de perspectiva aumentam, diminuem as preocupações morais coletivas. Em contrapartida, assim que o autoconceito moral e a consideração empática aumentam, também aumentam as preocupações morais coletivas. Às

preocupações morais coletivas, as demais variáveis não se revelaram como fatores relevantes.

Tabela 3

*Análise de Regressão Múltipla Predizendo Variáveis de Autoconsciência, Empatia e Autoconceito Moral para Preocupações Morais Individualizantes e Vinculativas*

Variáveis independentes	Individualizantes				Vinculativas			
	$\beta$	$R^2$	$R^2$	Ajustado	$\beta$	$R^2$	$R^2$	Ajustado
Autorreflexão	0,038				-0,220*			
<i>Insight</i>	0,036				0,109			
Autoconceito moral	0,144*				0,332*			
Tomada de perspectiva	0,086	0,283		0,268	-0,285*	0,171		0,154
Fantasia	0,001				0,072			
Consideração empática	0,337*				0,271*			
Angústia pessoal	0,090*				0,140			

\*p < 0,05.

## Discussão

Este estudo partiu do desafio de relacionar as variáveis empatia, autoconsciência privada e autoconceito moral numa investigação acerca de preocupações morais. Os resultados demonstraram que, apesar de sua elevada afinidade, os construtos apresentam especificidades em relação às preocupações morais. As expectativas iniciais de que alguns aspectos da empatia seriam bons preditores das preocupações morais e de que as habilidades metacognitivas de alta ordem não seriam preditoras de intuições morais foram confirmadas. Destaca-se a importância dos aspectos afetivos relativos à moral e ao autoconceito moral, estando positivamente associados às preocupações morais.

Habilidades metacognitivas de alta ordem associaram-se de forma negativa com preocupações morais coletivas.

Autoconceito moral, consideração empática e preocupações morais não apenas aparecem juntas, como variam na mesma direção, isto é, quando uma esteve elevada, as demais se apresentaram elevadas também. Este resultado sugere a relevância da nova síntese da psicologia moral, que relaciona a motivação moral à intuição e ao autointeresse (Haidt, 2007). E uma possível explicação para este resultado vem da teoria da mente moral (Haidt & Joseph, 2007), de acordo com a qual o funcionamento moral implica habilidades socioperceptivas que permitem às pessoas perceberem as informações moralmente relevantes, tanto do contexto quanto de suas próprias emoções e ações. Para Haidt e Joseph, as virtudes exemplificam esse tipo de habilidade socioperceptiva.

Em contrapartida, a tomada de perspectiva foi a única a covariar de forma negativa com duas outras variáveis: preocupações morais coletivas e *insight*. No caso do *insight*, a covariação negativa com a tomada de perspectiva pode ser explicada pelo fato de que, embora ambos sejam processos cognitivos de alta ordem, são fenômenos psicológicos de natureza oposta. Ao passo que na tomada de perspectiva o foco está em compreender as emoções de outros, no *insight* o foco está em compreender as próprias emoções. Para Leiberg e Anders (2006), a tomada de perspectiva é um processo de ativação deliberada, diferentemente do contágio emocional, quando ocorre um processo de ativação instantânea da representação emocional de outros. Assim, por se tratar de um processo cognitivo de alta ordem, a tomada de perspectiva seria a moduladora da angústia causada

pelo contágio emocional. Dessa forma, em relação ao *insight*, especula-se que a orientação do processo de inferência voltado para si possivelmente aconteça por inibição da perspectiva do outro e vice-versa, o que também explica a correlação negativa com a tomada de perspectiva.

Outra qualidade distintiva do *insight* pode explicar sua correlação com a variável autoconceito moral em oposição à ausência de correlação entre este último e a autorreflexão. Ao passo que a autorreflexão se refere à atividade de inspecionar e avaliar pensamentos, sentimentos e comportamentos (sem que necessariamente se chegue a um entendimento sobre eles), o *insight* refere-se a um entendimento interno sobre eles (Grant et al., 2002). Além disso, conforme Trapnell e Campbell (1999), é preciso distinguir entre dois tipos de reflexão: aquela motivada por um interesse epistêmico em si mesmo, e a ruminação, um processo motivado por desvantagens percebidas em relação ao *self*. Portanto, pode-se sugerir que, para o autoconceito moral, mais importante que ser capaz de avaliar os próprios pensamentos, sentimentos e comportamentos, é ser capaz de chegar a um entendimento conclusivo (*insight*) sobre eles. A autoavaliação sem *insight*, portanto, torna-se ruminação, impedindo a elaboração de um autoconceito moral.

Como bom preditor, tanto de preocupações morais individuais quanto coletivas, o autoconceito moral demonstra a força que a reputação pode causar na coesão e cooperação de comunidades. Resultado que vai ao encontro de estudos que afirmam que, para que exista respeito nas relações e que sejam satisfeitas as necessidades de pertencimento e reputação, é preciso ter um autoconceito positivo de si (Cremer & Mulder, 2007). Ademais, Silvia et al. (2005)



sugerem que autoconsciência privada se trata mais de uma medida de motivação autorrelevante que de uma medida de atenção autofocada. Se esses dados forem extensivos ao autoconceito, isso explica por que autoconceito moral alto e comportamento moral são significativamente associados (Young et al., 2012).

A consideração empática como preditora das preocupações morais individuais e coletivas pode ser explicada pelo papel central que os processos psicológicos automáticos, afetivos, desempenham em relação às preocupações morais, conforme a Teoria dos Fundamentos Morais (Graham et al., 2011). Este resultado corrobora a tendência apontada pela literatura científica acerca da alta relevância dos afetos empáticos para as relações interpessoais. A definição de consideração empática como a motivação para ajudar pessoas por quem se sente afetos empáticos (Davis, 1983) já prevê essa relação entre os afetos empáticos e as atitudes prossociais, empiricamente confirmada nos estudos de Eisenberg e Miller (1987) e Robinson (2008). Mais recentemente, a consideração empática tem sido apontada como capaz de eliciar resposta de culpa e inibir comportamento criminoso (Martinez, Stuewing & Tangney, 2014). E embora a relação entre prejuízos na empatia e psicopatia seja controversa (Lishner et al., 2012), Hare (1993) apresenta dados que suportam a existência de tal relação. Além disso, aan het Rot & Hogenelst (2014) apontam que as limitações na capacidade de afeto empático agravam os déficits interpessoais de autistas.

Note-se que a angústia pessoal apareceu aliada à consideração empática como boa preditora de preocupações morais individuais, isto é, quanto maior a angústia ou sensibilidade subjetiva ao se deparar com situações tensas ou de emergência, aliada à consideração ou motivação para ajudar pessoas por quem

se sente afetos empáticos, maiores são as preocupações morais individuais, relativas a dano e justiça. Os dados do presente estudo corroboram especialmente os achados de Carrera et al. (2013), os quais encontraram que angústia pessoal e empatia, juntas, compõem uma experiência emocional dinâmica, capaz de prever comportamentos altruístas de ajuda.

Conforme esperado, a tomada de perspectiva e a autorreflexão foram preditoras negativas de preocupações morais coletivas, o que pode ser explicado pelo fato de as preocupações morais serem cognições sociais intuitivas e a presença de processos de alta ordem serem capazes de alterar ou mesmo anular a intuição social (Haidt, 2001). Por exemplo, pesquisas recentes encontraram que a tomada de perspectiva é capaz de combater a expressão automática de preconceito racial, ou seja, na medida em que se conecta psicologicamente o *self* ao grupo-alvo, discriminações absorvidas culturalmente dão lugar a outras possibilidades de contato intergrupal (Todd & Burgmer, 2013). Juntos, esses achados explicam os resultados negativos na predição de preocupações morais coletivas, apontando uma direção para esforços que intencionem combater esse tipo de expressão automática.

Os resultados sugerem, de modo geral, que aspectos afetivos da empatia e autoconceito moral estão associados de forma significativa às preocupações morais, ao passo que aspectos cognitivos que demandam operação de processos de alta ordem ora não se relacionam de forma significativa, ora se relacionam de forma negativa com as preocupações morais. Ou seja, a forma como os indivíduos se importam com os outros e com os grupos em que se inserem parece estar fortemente relacionada ao conceito moral que têm de si e às

emoções que se é capaz de processar nas situações cotidianas que envolvem questões morais (associadas ao processamento afetivo de informação social).

As implicações desses resultados para a compreensão das preocupações morais indicam uma evidência empírica do modelo sociointuicionista da moral (Haidt, 2001). Segundo esse modelo, os julgamentos morais são motivados mais pela intuição social e pelas emoções morais que pela razão consciente, como previa o modelo teórico racionalista da moral (Kohlberg, 1984). Entretanto, os resultados encontrados levantam a questão sobre até que ponto as preocupações morais, produzidas de forma intuitiva, podem contribuir para um funcionamento moral maduro. Para Narvaez (2010) as habilidades metacognitivas como autorregulação, autorreflexão e *locus* de controle são capacidades que precisam ser desenvolvidas ao lado de emoções e intuições morais para que esse funcionamento moral maduro seja possível. Os resultados sugerem que o uso da razão consciente, mediante os processos de autorreflexão e tomada de perspectiva, podem produzir *insights* capazes de anular as avaliações automáticas ou intuições socialmente produzidas (Haidt, 2001), o que indica a importância de processos de alta ordem para avaliar e organizar o conhecimento proveniente das intuições morais e promover um funcionamento moral maduro tanto no nível individual quanto no social amplo, bem como possibilitar a evolução moral humana.

O estudo apresentou estratégia metodológica atual ao focalizar em medidas autoinformadas num contexto virtual. Medidas autoinformadas podem conter limitações, contudo pode-se considerar que o anonimato e a distância em relação ao olhar dos pesquisadores podem ter apoiado a fidedignidade das

respostas. Em um estudo futuro seria importante correlacionar as variáveis às características individuais que possam estar relacionadas ao funcionamento moral, como o número de irmãos e o pertencimento a grupos comunitários.

Embora este estudo tenha verificado a existência de algumas associações (positivas e negativas) entre os construtos, as análises realizadas não permitem inferir de que forma um construto influencia o outro. Outras estratégias metodológicas podem ser necessárias para a compreensão da forma como as relações entre os construtos se organizam. Entretanto, acredita-se que o delineamento proposto permitiu lançar luz sobre o modelo sociointuicionista da psicologia moral de Haidt, existindo, entre a teoria e os resultados encontrados, uma concordância a respeito do papel central da cognição social relacionada aos afetos no julgamento moral. Além disso, foi possível analisar empiricamente o entendimento sobre preocupações morais de uma amostra de brasileiros. Considera-se fundamental que estudos sobre mecanismos psicológicos subjacentes às preocupações morais e ao funcionamento moral maduro continuem avançando, com a continuidade das investigações e teorizações da moral humana, dada a relevância e a complexidade do fenômeno.

## Referências

- aan het Rot, M., & Hogenelst, K. (2014). The influence of affective empathy and autism spectrum traits on empathic accuracy. *PLOS ONE*, 9(6), 1-7.
- Adolphs, R. (2009). The social brain: neural basis of social knowledge. *Annual Review Psychology*, 60, 693-716.
- Barrett, L., Henzi, S. P., & Lusseau, D. (2012). Taking sociality seriously: the structure of multi-dimensional social networks as a source of information for individuals. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, 367(1599), 2108-2118. doi:10.1098/rstb.2012.0113
- Carrera, P., Oceja, L., Caballero, A., Muñoz, D., López-Pérez, B., & Ambrona, T. (2013). I feel so sorry! Tapping the joint influence of empathy and personal distress on helping behavior. *Motivation and Emotion*, 37:335-345. doi:10.1007/s11031-012-9302-9.
- Cremer, D., & Mulder L. B., (2007). A passion for respect: on understanding the role of human needs and morality. *Gruppendynamik und Organisationsberatung*, 38(4), 439.
- DaSilveira, A. C., DeCastro, T. G., & Gomes, W. B. (2012) Escala de Autorreflexão e *Insight*: nova medida de autoconsciência adaptada e validada para adultos brasileiros. *PSICO*, 43(2), 155-162.
- Davis, M. H. (1983). Measuring individual differences in empathy: evidence for a multidimensional approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44(1), 113.

- Decety, J., & Svetlova, M. (2012). Putting together phylogenetic and ontogenetic perspectives on empathy. *Developmental Cognitive Neuroscience*, 2(1), 1-24.
- De Vignemont, F., & Foucheret, P. (2004). The sense of agency: a philosophical and empirical review of the “Who” system. *Consciousness and Cognition*, 13(1), 1-19.
- Frith, C. D. (2007). The social brain?. *Philosophical Transactions of the Royal Society*, 362(1480), 671-678.
- Frith, C. D. (2012). The role of metacognition in human social interactions. *Philosophical Transactions of the Royal Society*, 367(1599), 2213-2223.
- Frith, C. D., & Frith, U. (2007). Social cognition in humans. *Current Biology*, 17(16) R724-R732.
- Graham, J., Nosek, B. A., Haidt, J., Iyer, R., Koleva, S., & Ditto, P. H. (2011). Mapping the moral domain. *Journal of Personality and Social Psychology*, 101, 366-385.
- Grant, A. M., Franklin, J., & Langford, P. (2002). The self-reflection and insight scale: a new measure of private self-consciousness. *Social Behavior and Personality: An International Journal*, 30(8), 821-835.
- Haidt, J. (2001). The emotional dog and its rational tail: a social intuitionist approach to moral judgment. *Psychological Review*, 108(4), 814-834.
- Haidt, J. (2007). The new synthesis in moral psychology. *Science*, 316(5827), 998-1002.
- Haidt, J., & Joseph, C. (2007). The moral mind: how five sets of innate intuitions guide the development of many culture-specific virtues, and perhaps

- even modules. In P. Carruthers, S. Laurence & S. Stich (Eds.). *The Innate Mind* (Vol. 3, pp. 367-392). Oxford: Oxford University Press.
- Hare, R. D. (1993). *Without conscience: the disturbing world of the psychopaths among us*. New York: Guilford Press.
- Kohlberg, L. (1984). *Essays on moral development: the psychology of moral development* (Vol. II). New York, NY: Harper & Row.
- Leiberg, S., & Anders, S. (2006). The multiple facets of empathy: a survey of theory and evidence. *Progress in Brain Research*, 156, 419-440.
- Lishner, D., Vitacco, M., Hong, P., Mosley, J., Miska, K., & Stocks, E. (2012). Evaluating the relation between psychopathy and affective empathy. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 56(8), 1161-1181.
- Lombardo, M. V., Barnes, J. L., Wheelwright, S. J., & Baron-Cohen, S. (2007). Self-referential cognition and empathy in autism. *PLOS ONE* 2(9): e883.
- Lu, H. J., & Chang, L. (2011). The association between self-deception and moral self-concept as functions of self-consciousness. *Personality and Individual Differences*, 51(7), 845-849.
- Martinez, A. G., Stuewing, J., & Tangney, J. P. (2014). Can perspective-taking reduce crime? Examining a pathway through empathic-concern and guilt-proneness. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 40(12), 1659-1667.
- Molnar-Szakacs, I. (2011). From actions to empathy and morality – A neural perspective. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 77(1), 76-85.

- Narvaez, D. (2010). The emotional foundations of high moral intelligence. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 2010(129), 77-94.
- Nowak, M. A., Page, K. M., & Sigmund, K. (2000). Fairness versus reason in the ultimatum game. *Science*, 289(5485), 1773-1775.
- Reniers, R. L., Corcoran, R., Völlm, B. A., Mashru, A., Howard, R., & Liddle, P. F. (2012). Moral decision-making, ToM, empathy and the default mode network. *Biological Psychology*, 90(3), 202-210.
- Robinson, J. (2008). Empathy and prosocial behavior. In M.M. Haidt & J. B. Benson (Eds.). *Encyclopedia of infant and early childhood development* (pp. 562-572). Oxford, England: Elsevier.
- Rochat, P. (2013). Self-consciousness and the origins of an ethical stance. In Kar, B. R. (Ed.). *Cognition and brain development: converging evidence from various methodologies*, APA.
- Sampaio, L., Guimarães, P., Camino, C., Formiga, N., & Menezes, I. (2011). Estudos sobre a dimensionalidade da empatia: tradução e adaptação do Interpersonal Reactivity Index (IRI). *PSICO*, 42(1), 67-76.
- Silvia, P. J., Eichstaedt, J., & Phillips A. G. (2005). Are rumination and reflection types of self-focused attention?. *Personality and Individual Differences*, 38(4), 871-881. ISSN 0191-8869.
- Stake, J. E. (1994). Development and validation of the Six-Factor Self-Concept Scale for adults. *Educational and Psychological Measurement*, 54, 56-72.



- Todd, A. R., & Burgmer, P. (2013). Perspective taking and automatic intergroup evaluation change: testing an associative self-anchoring account. *Journal of Personality and Social Psychology, 104*(5), 786.
- Trapnell, P. D., & Campbell, J. D. (1999). Private self-consciousness and the five-factor model of personality: distinguishing rumination from reflection. *Journal of Personality and Social Psychology, 76*(2), 284-304.
- Wai, M., & Tiliopoulos, N. (2012). The affective and cognitive empathic nature of the dark triad of personality. *Personality and Individual Differences, 52*(7), 794-799.
- Webber, S. (2011). Who Am I? Locating the neural correlate of the self. *Bioscience Horizons, 4*(2), 165-173.
- Young, L., Chakroff, A., & Tom, J. (2012). Doing good leads to more good: the reinforcing power of a moral self-concept. *Review of Philosophy and Psychology, 3*(3), 325-334.

### ARTIGO 3

## Reflexividade sobre ações morais em adultos: um estudo fenomenológico-semiótico

### Resumo

Os fenômenos da reflexividade consciente e da moralidade são atributos exclusivos da espécie humana, com fortes indícios de indissociabilidade e de sincronia em sua história evolutiva. Com o objetivo de compreender a relação entre reflexividade e ações morais, realizou-se um estudo qualitativo, conforme os critérios da fenomenologia-semiótica, com base em entrevistas estruturadas anônimas realizadas pela internet. Participaram 363 adultos, com faixa etária entre 21 e 28 anos (35%) e 28 e 35 anos (27%), sendo 63% do sexo feminino. Os resultados revelaram um contexto temático estruturado em 18 temas e um contexto problemático composto pelos aspectos: processos de mediação e modulação das ações morais; caracterização da agência (pessoal e interna ou normativa e externa); dilemas entre padrões pessoais e sociais de ação (dissonância cognitiva); sentidos pessoais atribuídos ao agir moral (níveis deontológicos da opinião, compreendidos entre o nível ontológico e o nível estilístico). Conclui-se que a reflexividade pode exercer influência sobre as ações morais, embora nem sempre seja suficiente para motivá-las, e que uma ação intencional praticada pode exercer influência não apenas sobre a reflexividade, mas sobre o próprio *self*, principalmente se esta possuir conteúdo moral (ou transgressor).

**Palavras-chave:** reflexividade, percepção consciente, julgamento moral, fenomenologia-semiótica.

A atividade humana de monitorar as próprias atividades, como sentimentos, pensamentos e comportamentos, depende de uma função psicológica central denominada consciência reflexiva (VandenBos, 2010). Essa capacidade de gerar sentido para aquilo que se experiencia é um objeto de estudo complexo, que voltou a ser um tema central em psicologia (DaSilveira, DeSouza & Gomes, 2015).

A capacidade de se diferenciar do outro está na base do desenvolvimento da experiência de si mesmo, a qual possibilita a existência de um senso de agência sobre as próprias experiências (Rochat, 2013). Esse sistema de autoatribuição, por meio de um mecanismo integrativo neural específico, confere ao ser humano uma perspectiva de primeira pessoa sobre a consciência do espaço, do ambiente, das emoções e da memória (Webber, 2011). De fato, de uma perspectiva da psicologia fenomenológica (Janzen, DeCastro & Gomes, 2013), a consciência é vista como uma função integradora de um sentido de si mesmo, que resulta na capacidade ou habilidade de julgar, de forma simultânea, sujeito e objeto ou consciência e experiência. E é a partir dessa relação de reciprocidade entre consciência e experiência que se torna possível a experiência da própria consciência, denominada autoconsciência, ou, na literatura científica internacional, *self*: uma descoberta reflexiva a partir da experiência de ter um corpo que percebe e se expressa (Lanigan, 2013).

A consciência reflexiva ou reflexividade é, portanto, um atributo do *self*, e representa, assim como o senso moral, um marco evolutivo da sofisticada cognição social humana (Rochat, 2013). É possível que exista, inclusive, uma sincronia entre o surgimento da consciência de si e o desenvolvimento de um

senso do que é ou não justo, no universo de trocas sociais (Rochat, 2013). Embora estudos recentes da psicologia social (Haidt, 2013; Graham et al., 2011) entendam que a cultura é a maior responsável na transmissão de valores ou preocupações morais compartilhados sob a forma de intuições automáticas, a reflexividade constitui um importante pilar para um funcionamento moral maduro, o qual deve integrar emoção, intuição e razão (Narvaez, 2010), sendo o *self* a própria integração.

Mesmo que grande parte do processamento de informação social aconteça de forma automática, rápida e implícita (Adolphs, 2010), e que o processamento consciente seja quase sempre facultativo e posterior, geralmente utilizado para justificar a ação, as interações sociais têm muito a se beneficiar quando esse processamento se dá de forma consciente. Processos de mediação regulatórios aumentam as possibilidades ou os repertórios de ação numa dada situação, além de auxiliar na tarefa de comunicar pensamentos e manter uma reputação perante si e perante os outros (Frith & Frith, 2007). Não menos importante é o papel que a experiência emocional desempenha no julgamento ético (Thagard & Aubie, 2008), em que a valência das emoções (que podem ser negativas ou positivas) permite ao agente inferir o quanto está conseguindo cumprir seus objetivos no meio social, podendo a quebra na satisfação desses objetivos gerar sentimentos de vergonha e culpa.

Ainda sobre a relação entre reflexividade e moralidade, Strohminger e Nichols (2014), por meio de uma investigação sobre a relação entre o *self* e diversas faculdades mentais, sugeriram que os traços morais estão no cerne da ideia de continuidade na identidade pessoal. Os estudos realizados com o

objetivo de encontrar as partes da mente mais centrais para a identidade pessoal concluíram que o *self* não é tanto a soma de faculdades cognitivas quanto uma expressão da sensibilidade moral. Já conforme Gallagher (2007), a capacidade de autoconsciência e o envolvimento em uma situação social são as condições necessárias para que uma pessoa seja responsável por suas ações e, portanto, um agente moral. Sendo assim, uma ação moral pode ser entendida como uma ação intencional (e, portanto, consciente) de um agente, capaz de afetar o bem-estar de outros, estejam estes próximos ou distantes (Narvaez, 2010).

O entendimento do *self* como a expressão da sensibilidade moral de cada um (Strohinger & Nichols, 2014) encontra um paralelo interessante no modelo deontológico de Cățineanu (2013) sobre a respeitabilidade de uma opinião. Para antever a respeitabilidade de uma opinião, Cățineanu (2013) formulou uma matriz de sete níveis como um método para analisar a estrutura enunciativa sob diferentes perspectivas. O primeiro nível, ontológico, avalia se a opinião é uma possibilidade ou uma simples utopia. O segundo, nível lógico ou epistêmico, apresenta a necessidade da combinação de dois componentes, um cognitivo, que indica a veracidade do enunciado, e um componente avaliativo, que indica um estado mental arbitrário em relação ao enunciado. Em sequência, o nível axiológico indica que uma opinião precisa ser livre, ou não constrangida, mas também precisa ser responsável, do contrário qualquer um poderia dizer qualquer coisa, a partir de qualquer lugar. O nível psicológico, por sua vez, avalia se a opinião é a expressão de uma convicção, autêntica e sincera e, portanto, coerente com o *self*, ou se é apenas uma expressão do ego e, portanto, simulação, hipocrisia, um mecanismo de manipulação. Neste nível, o orador pode se utilizar

do senso comum para fazer afirmações duvidosas, ou mesmo falsas, entretanto eficientes. O quinto nível, praxiológico, avalia se a opinião se baseia numa solução prática para um interesse pontual, ou se se trata apenas de uma fantasia. Assim, se a opinião é errada ou incorreta, a ação e suas consequências serão falhas. No sexto nível, sociológico, a opinião deve ter transparência, e correlacionar as relações de interesses entre indivíduos ou entre indivíduos e grupos, sob a pena de divergências, conflitos e mal-entendidos. Nesse nível, a opinião pode gerar tanto entendimento quanto polarização. No sétimo nível, o nível estilístico, avalia-se a clareza, concisão e coerência, destacando que o estilo é único e irrepetível, e também é reconhecível em todas as suas expressões. A relação entre todos esses níveis denota aquilo que é inerente a cada um, aquilo que caracteriza uma pessoa de forma singular, de acordo com Căţineanu (2013). Em conjunto, acredita-se que uma análise de tais níveis consiga revelar a sensibilidade moral do enunciado de uma pessoa.

Dessa forma, situado na interseção entre reflexividade e moralidade, fenômenos de inequívoca relevância para compreender o funcionamento psicológico humano, o objetivo deste artigo foi descrever a relação entre reflexividade e ações morais. Ao investigar o que se pensa a respeito das ações morais e qual relação se acredita existir entre o que se pensa e a forma como se age, pretendeu-se lançar luz sobre a semiologia moral, bem como contribuir para a compreensão da relação existente entre reflexividade e ações morais cotidianas.

## **Método**

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, seguindo os critérios de análise fenomenológico-semiótica (Gomes, 2007). A tradição fenomenológica de estudo da consciência apoia-se na semiótica como ciência objetiva dos sistemas de significação (Lanigan, 2013).

### **Participantes**

Trezentos e sessenta e três indivíduos adultos responderam à pesquisa, com maior concentração de participantes nas faixas etárias entre 21 e 28 anos (35%) e entre 28 e 35 anos (27%), sendo 63% do sexo feminino, de todas as regiões brasileiras, com predomínio da Região Sudeste (65,9%).

### **Instrumento e procedimentos de coleta dos dados**

O Roteiro de Entrevista Estruturada sobre Ações Morais (REEAM - Apêndice 4) foi elaborada pelos pesquisadores com o objetivo de induzir a reflexividade e a metarreflexividade acerca das ações morais dos participantes. O REEAM é composto por cinco questões: duas do tipo fechada (p. ex.: “Você costuma pensar em suas ações morais?”) e três do tipo aberta (p. ex.: “Quando pensa sobre suas ações morais, quais aspectos lhe vêm à mente?”), focalizando em como o participante costuma pensar em suas ações morais; com qual frequência; se há relação entre pensar nas ações e na frequência com que acontecem; quais aspectos lhe vêm à mente ao pensar nas suas ações morais; se pensar nas ações morais dificulta ou facilita o entendimento sobre essas ações.

Os participantes foram recrutados da população geral por meio do método de amostragem bola de neve. A amostra foi contatada por intermédio de mensagem padronizada enviada aos endereços eletrônicos registrados na lista de contatos da pesquisadora, seguindo os critérios de inclusão: nacionalidade (brasileiro) e idade (maiores de 18 anos).

A entrevista foi apresentada em formato de formulário virtual e preenchida de forma anônima, voluntária, sem remuneração e mediante aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Ao fim do preenchimento era necessário clicar no ícone *submeter* para que a entrevista fosse enviada e computada para o estudo.

### **Procedimento de análise/síntese dos dados**

O método fenomenológico-semiótico consiste no emprego sistemático de três etapas sinérgicas, isto é, cada uma das etapas contém as outras duas, e subsequentes, denominadas descrição, redução e interpretação (Gomes, 2007). A descrição fenomenológica é a primeira etapa, que consiste em descrever o fenômeno tal qual experienciado, sem buscar explicar ou justificar a experiência relatada pelo participante. No segundo passo, a redução fenomenológica, investiga-se o material descrito, com o objetivo de definir o objeto, suas partes, bem como diferenciar o que é essencial do que não é, desvelando a estrutura do fenômeno experienciado. Na etapa final, da interpretação fenomenológica, intenciona-se compreender a relação entre o todo e as partes, numa busca por desvelar o sentido da estrutura, ou a essência da experiência do fenômeno.



A abordagem qualitativa e fenomenológica, usualmente associada a estudos de reduzido tamanho amostral (ver, por exemplo, Siqueira, Pelegrin, Gomez, Silva & Souza, 2015), ou até mesmo do tipo estudo de caso (conferir Brito et al., 2017), foi empregada neste estudo para a análise de um grande corpo de dados, entendendo que quantidades podem ser importantes na definição de uma adequada estratégia de amostragem na pesquisa qualitativa (Sandelowski, 1995). Em termos metodológicos, isso significou primeiramente compilar o volume das respostas por meio de um critério de semelhança. Mediante leitura cuidadosa das respostas organizadas por semelhança, foram levantados os temas de cada compilação, seguindo os critérios da descrição fenomenológica, deixando os temas emergirem das próprias respostas dos participantes, e suspendendo os pressupostos dos pesquisadores que pudessem influenciar a percepção da experiência descrita. Adiante, buscou-se determinar a estrutura que perpassava e aglutinava os temas, processo esse denominado redução fenomenológica. Posteriormente, articulou-se a descrição e a redução em busca do sentido entre os temas e sua estrutura, na etapa da interpretação fenomenológica.

A grande quantidade de dados gerados demandou uma adequação na apresentação dos resultados. Dessa forma, descrição e redução fenomenológicas são apresentadas em conjunto, formando um todo figura-fundo, no qual os temas e as frases revelatórias (trechos das entrevistas) compõem a descrição de cada aspecto do fenômeno, apontado pela redução. No presente estudo, a descrição e a redução apresentam os resultados, ao passo que a interpretação fenomenológica apresenta a discussão dos achados com base na literatura científica da área.

## **Resultados**

### **Descrição e redução fenomenológicas**

A percepção dos adultos sobre suas próprias ações morais revelou um contexto temático expresso em 18 diferentes qualidades (descrição fenomenológica): 1) respostas rápidas, 2) sentimento e moralidade, 3) discernimento, 4) colocar-se no lugar do outro, 5) decisão, 6) controlar impulsos, 7) ação consciente, 8) expectativas externas, 9) mal-estar moral, 10) impostura, 11) a conveniência da ação, 12) desvantagens do agir moral, 13) o eu como medida do outro, 14) autoaprimoramento, 15) responsabilidade pessoal, 16) evolução moral, 17) dialogar sobre a moral, 18) o papel da reflexividade.

Tais qualidades ou temas sugerem uma estrutura para a reflexividade moral apoiada em quatro aspectos (redução fenomenológica): A) processos de mediação e modulação das ações morais, B) caracterização da agência, C) dilemas entre padrões pessoais e sociais de ação e D) sentidos pessoais atribuídos ao agir moral. A seguir são apresentados os quatro aspectos definidos na redução fenomenológica, vinculados aos temas revelados na descrição fenomenológica.

A) Processos de mediação e modulação das ações morais: os temas que se agruparam na qualidade de processos de mediação e modulação envolvidos nas ações morais foram (1) respostas rápidas, (2) emoções morais, (3) colocar-se no lugar do outro, (4) discernimento, (5) decisão e (6) controlar impulsos, descritos a seguir.

A1) Respostas rápidas – este tema abrange as percepções das ações morais na qualidade de hábitos enraizados, internalizados, como um senso

peçoal, disparados sempre que há uma necessidade e motivados por consideração ou por sentimentos benevolentes. O pensamento é facultativo e posterior à ação.

*Acho que as situações do dia a dia exigem das pessoas repostas rápidas, não dá pra pensar muito (...) Então, se a pessoa faz o que acredita, não justifica pensar muito sobre. (P197- M- 18-20 anos)*

*(...) no momento não há tempo para parar e pensar. A reação deve ser imediata. (P32- F- 21-28 anos)*

*Ao meu ver, proceder de maneira justa e respeitosa é uma ação frequente (talvez um hábito? Algo internalizado?) e não algo que se pensa, analisa e depois se faça. (P260- F- 21-28 anos)*

A2) Emoções morais – tema que abrange as percepções da ação moral como associada tanto a sentimentos positivos de felicidade, conforto, satisfação e bem-estar pela prática moral quanto a sentimentos negativos como culpa, mágoa, vergonha e outros tipos de desconforto físico por algo que se fez, quando a ação fere os próprios princípios.

*Fazer o bem faz sentir-me bem. (P57- F- 21-28 anos)*

*Saber que não é a causa de sofrimento para os outros e muito menos para você mesmo (...) me faz repetir a sensação de bem-estar, de alegria e felicidade. (P178- F- 50-56 anos)*

*O bem-estar do outro é o meu próprio bem-estar. (P261- F- 36-42 anos)*

*[Sinto] culpa. Penso que deveria ter suportado as consequências de ser honesta. (P346- F- 29-35 anos)*

*Faz com que eu me sinta desconfortável, caso não faça da forma correta. (P91- F- 36-42 anos)*

A3) Colocar-se no lugar do outro – o tema abrange as percepções da ação moral como disposição para avaliar uma ação a partir da perspectiva do outro. Está vinculado a um objetivo de causar o mínimo de danos possíveis aos envolvidos, por meio de compreender as diferenças, o ponto de vista, a condição e o sentimento do outro. Considera as consequências que a ação pode produzir para o outro.

*O principal aspecto que sempre levo em consideração quando vou tomar qualquer atitude é se o reflexo delas pode causar algum dano físico ou emocional a alguém e principalmente sempre me coloco no lugar do outro para ter total certeza sobre as consequências que minhas atitudes podem causar. (P361- M- 29-35 anos)*

*Me vem em mente que se cada um se colocasse no lugar do próximo (...) o mundo seria um lugar muito melhor. (P170- F- 18-20 anos)*

A4) Discernimento – tema que revela uma percepção da ação moral como capacidade de examinar e diferenciar entre o certo e o errado, o que se deve ou não se deve fazer, o que é humano e desumano, o que é moral e imoral, num dado contexto. Engloba ainda os parâmetros pessoais utilizados na avaliação das diferenças e a convicção da ação apropriada à situação.

*Capacidade de discernimento entre o que é humano e desumano frente a uma situação. (P259- F- 21-28 anos)*

*Pensar sobre elas [ações morais] me dá convicção para agir ou parâmetro para avaliar caso a caso. (P223- F- 21-28 anos)*

A5) Decisão – o tema abrange as percepções da ação moral como tomada de decisão diante de situações específicas, que envolvem algum grau de conflito e desconforto. Trata da necessidade de adotar um posicionamento mediante decisão consciente. O posicionamento é visto como uma busca para melhorar a satisfação com a realidade por meio de um esforço na vontade. Acredita-se que, ao assumir uma posição própria diante da situação, é possível se perceber e possibilitar que o outro faça o mesmo.

*Ações feitas após reflexão e tomada de decisão consciente. Penso sobre a necessidade de posicionamento. (P13- F- 36-42 anos)*

*Assumir uma posição nas situações em que se está inserido, (...) dar o direito ao outro de saber o que e como eu me sinto perante uma situação. Acredito que tudo evolui somente se soubermos em que ponto estamos. Quando digo de mim, permito que você diga de você. (P29- F- 43-49 anos)*

*Tomar decisões ou me esforçar para fazer algo, mesmo que não seja minha primeira vontade. (P80- M- 21-28 anos)*

A6) Controlar impulsos – o tema destaca uma percepção da ação moral como possível avaliação que antecede a ação com a finalidade de agir de forma mais humana, consciente, de acordo com o que é necessário, sem se deixar levar por um impulso. Inclui a reflexão sobre pensamentos e atos já realizados e o entendimento que pode surgir dessa reflexão.

*[Pensar] ajuda a me entender melhor e tentar controlar mais as ações impulsivas. (P19- F- 29-35 anos)*

*Não posso simplesmente fazer o que quero e penso. (...) Querer é uma coisa, executar e poder executar é outra. (P183- M- 29-35 anos)*

### **Redução fenomenológica**

Os temas acima foram agrupados por tratarem de processos de mediação e modulação das ações morais. A mediação de ações abrange tanto processos implícitos (internalizados, intuitivos ou pré-reflexivos) quanto processos explícitos (reflexivos). Isso implica uma percepção de que o pensamento consciente pode não ser necessário para se realizar uma ação moral. A ação moral pode ser resultado de algo internalizado, como um hábito, ou mesmo ser disparada por um sentimento de consideração por alguém. Em contrapartida, pode ser o resultado de uma convicção construída mediante um processo de discernir o que deve ou não ser feito em uma dada situação, em que é possível colocar-se no lugar do outro, analisando a ação pretendida ou realizada, e visualizando suas consequências.

A decisão e o controle de impulsos fazem parte dos processos de mediação explícitos, que requerem uma avaliação e deliberação consciente, em que a decisão tem como objetivo aumentar o grau de satisfação com a realidade na qual se está inserido, por meio do posicionamento pessoal perante o outro ou perante uma situação. O controle de impulsos, por sua vez, é entendido como fruto de uma reflexão anterior ou posterior à ação, que tem como objetivo não se deixar levar por impulsos numa situação atual ou futura. Além disso, a ação moral é vista como sendo modulada por processos qualitativos, como sentimentos e sensações, agradáveis ou desagradáveis, já experienciados, antes ou após a realização de uma ação.

B) Caracterização da agência: a agência abrange os temas (7) ação consciente e (8) expectativas externas, descritos a seguir.

B7) Ação consciente – o tema abrange as percepções da ação moral como ações tomadas com base em valores e crenças individuais e subjetivos. Tais valores aparecem relacionados à aprovação pessoal pela ação praticada. A própria consciência é definida como um limite para agir, sobrepondo-se ao limite dado pelas normas e expectativas sociais.

*Nem sempre estou de acordo com as normas estabelecidas pela sociedade, logo, ajo de acordo com a minha consciência. (P277- M- 29-35 anos)*

*Estar de bem com o travesseiro não tem preço. (P231- M- 63-70 anos)*

B8) Expectativas externas – o tema abrange as percepções da ação moral como ações motivadas pelo olhar do outro, especialmente o olhar das pessoas por quem os indivíduos foram instruídos e criados, das pessoas significativas com quem se relacionaram na vida, e também das normas provenientes da sociedade, das religiões e de Deus, incluindo suas respectivas expectativas sobre como um indivíduo deve agir. As expectativas externas também estão relacionadas ao sentimento de dever e à obrigação que advém daquilo que se espera do indivíduo. Tais expectativas podem estar relacionadas a sentimentos negativos, como medo e mal-estar subjetivo.

*Todo o peso da criação: não faça isso, não faça aquilo (...) faz a consciência ficar pesada por nem sempre agir da forma correta. (P274- F- 36-42 anos)*

*Ações pautadas num referencial externo à própria experiência. (P70- M- 36-42 anos)*

*[Penso na] religião. Medo do julgamento alheio. Aceitação social e familiar. (P108- F- 29-35 anos)*

*[Penso em meu] temor e reverência a Deus. (P299- M- 18-20 anos)*

### **Redução fenomenológica**

De acordo com os temas descritos na caracterização da agência, uma ação moral tanto pode ser determinada por parâmetros pessoais internos quanto pode ser uma obrigação devida a pessoas ou normas, ditadas tanto pelo grupo social quanto pela religião.

C) Dilemas entre padrões pessoais e sociais de ação: os temas que compõem os “dilemas entre padrões de ação” são (9) mal-estar moral, (10) impostura, (11) desvantagens do agir moral, (12) conveniência da ação e (13) o eu como medida do outro, descritos a seguir.

C9) Mal-estar moral – o tema abrange as percepções sobre como as contradições entre padrões sociais e crenças pessoais provocam mal-estar, sentido na forma de ansiedade, culpa, indignação e melancolia. O mal-estar se traduz em queixas, em que participantes confrontam assuntos ligados a família, sexualidade, aborto, drogas e religião. A avaliação das contradições entre padrões sociais e crenças sociais é acompanhada da sugestão de intervenção, por meio da implementação de medidas regulatórias em prol de garantir a laicidade do Estado e uma reorientação social da moral para legitimar práticas que geram conflitos e sofrimento por não serem aceitas.

*O problema com relação à moral é que (...) alguns padrões aceitáveis socialmente prejudicam processos e avanços importantes para a humanidade, ou mesmo representam propostas infundadas, distantes da condição humana. (...) Simplesmente adotamos [os padrões socialmente aceitos] e muitas vezes*



*sofremos num espaço privado sigiloso, com medo de represálias ou por falta de disposição de (re)pensar o que está posto. (P264- M- 21-28 anos. Casado)*

*O Estado é laico. A defesa pela igualdade de gênero, raça, sexual, liberdade para escolher ter ou não uma religião (...) Agir de acordo com o que acredita, mas não podendo tirar esse mesmo privilégio do próximo. (P201- F- 21-28 anos)*

*Às vezes me levanta (sic) algumas dúvidas sobre se eu acho errado mesmo alguma atitude ou se é errado porque é a norma. (P191- F- 57-62 anos)*

*Não levo a moral como norteador de conduta. Os aspectos morais são desnecessários e mutáveis. (P171- M- 21-28 anos)*

C10) Impostura – o tema abrange as percepções da ação moral com base na reflexão sobre as próprias imperfeições, contradições, hipocrisias, convicções cegas, e a respeito da falta de compromisso com a sociedade, com as pessoas e até com a própria palavra. Acompanha o entendimento de que a transformação dessas imposturas implica não acobertar nem se omitir diante de erros pessoais, familiares ou coletivos, bem como a necessidade de manter a mesma exigência com os outros e consigo, não julgar de forma parcial e sempre questionar as próprias convicções.

*Cada vez que reflito sobre aspectos de minhas ações morais, mais percebo hipocrisia em mim e na sociedade INTEIRA, e não é fácil mudar. (grifo do participante – P04- M- 18-20 anos)*

*Agir com retidão, no sentido de não adotar duas medidas para o mesmo peso. (P277- M- 29-35 anos).*

C11) Desvantagens do agir moral – o tema abrange a repercussão que uma ação moral pode trazer a quem não se submete a práticas não

provenientes de uma ordem moral, mas que são instituídas socialmente ou amplamente disseminadas. De acordo com esse tema, embora possa trazer prejuízos, não se deve deixar induzir por práticas alheias, mas agir de acordo com o que se entende ser moral, expondo aquilo que se pensa, mesmo que seja contrário à maioria, que desagrade a pessoas próximas, que resulte em ser discriminado, excluído ou prejudique a própria reputação.

*Já tive todo tipo de prejuízo [por agir de forma moral], como perda de emprego e afastamento de pessoas próximas. (P13- F- 36-42 anos)*

*Não ter medo de expor sua opinião, mesmo que seja contrária à da maioria, pois não necessariamente a opinião da maioria é a mais correta/moral. (P04- M- 18-20 anos)*

*Fazer o que é certo, mesmo que se prejudique pessoalmente com isso. Não se omitir diante de erros (...) não obedecer à chefia quando ações são imorais. (P122- F- 50-56 anos)*

C12) Conveniência da ação – o tema abrange as percepções da ação moral relacionadas à motivação para o agir moral. A motivação pode estar relacionada à necessidade de aceitação social ou de obtenção de vantagens sociais. É questionado o equilíbrio entre o que se dá e o que se recebe, com ênfase nos possíveis prejuízos envolvidos, bem como a necessidade de ser recompensado pelo que foi feito.

*Por que eu estou fazendo isso? É por mim ou para agradar a alguém? (...) Ou não, eu estou fazendo isso porque minha natureza é assim? (P281- F- 21-28 anos)*

*Como faço para auxiliar o outro sem me prejudicar? Será que estou dando mais do que recebendo? Como conseguir fazer o bem sem pensar em recompensas?*  
(P60- F- 29-35 anos)

C13) O eu como medida do outro – o tema abrange uma percepção da ação moral perpassada pela estratégia de imaginar para o outro aquilo que gostaria para si. Isto é, expectativas e sentimentos pessoais são definidos equivalentes a expectativas e sentimentos do outro e utilizados como referência para a ação moral. Tal referência implica a comparação de si com os outros e a expectativa de ser exemplo para os outros.

*Realizar ações que gostaria que realizassem comigo. (...) Ajuda a construir e desconstruir ideias sobre determinadas ações e nos faz crescer enquanto indivíduo.* (P251- M- 21-28 anos)

*Facilita pensar em como minhas ações podem ajudar ao meu próximo a agir do mesmo modo.* (P218- M- 29-35 anos)

[Penso na] *minha conduta e no reconhecimento de todos.* (P284- F- 21-28 anos)

[Penso] *que eu poderia estar na mesma situação, mesmo sendo um pensamento egoísta.* (P216- F- 43-49 anos)

### **Redução fenomenológica**

Depreende-se dos temas acima descritos que as ações morais estabelecem íntima relação com o meio social. Contudo, essa relação nem sempre se dá de forma consonante. Imposturas e imperfeições detectadas em si próprio podem refletir no âmbito social, ao mesmo tempo em que contradições sociais repercutem na esfera íntima. Por um lado, algumas convicções pessoais são capazes de motivar ações morais, mesmo que sejam indesejáveis em

determinados contextos sociais e representem risco de prejuízos para o agente. Por outro, há ações morais reconhecidamente praticadas para obtenção de vantagens pessoais futuras.

Na esfera privada, as contradições manifestam-se quando o agente se vê como parâmetro para a expectativa do resultado que uma ação moral deve gerar, o que nem sempre é correspondido pelo beneficiário da ação. Em se tratando da esfera pública, delineiam-se expectativas e reivindicações pessoais criadas em torno de polêmicas morais (ações que se deseja legitimar), mas o fato de não serem socialmente aceitas como morais faz com que se tornem geradoras de mal-estar.

D) Sentidos pessoais atribuídos ao agir moral: os temas que compõem os “sentidos atribuídos ao agir moral” são (14) autoaprimoramento, (15) responsabilidade pessoal, (16) evolução moral, (17) dialogar sobre a moral e (18) o papel da reflexividade, descritos a seguir.

D14) Autoaprimoramento – o tema abrange as percepções da ação moral a partir de uma avaliação da importância da prática moral e da necessidade de autoaprimoramento. Estão implicados nessa avaliação a coerência entre o que se diz e o que se vive, o quanto ainda é preciso amadurecer e compreender para agir de forma correta e justa, e a necessidade de cumprir com os deveres morais. O autoaprimoramento aparece relacionado a uma escala de valores, desde o âmbito mais local, como a necessidade de fazer o bem para si e para os que estão ao redor, em vista do caráter passageiro da vida, até o mais abrangente, como a necessidade de se alcançar a paz e fazer uma diferença no mundo.

*Ser alguém melhor para o meu próprio bem e para o bem das pessoas que me cercam. (P198- M- 18-20 anos)*

*Autoaprimoramento. Melhor a cada vez que faço o que é correto. (...) pensar nesses aspectos só reforça o sentimento de que devo continuar nesse caminho. (P358- M- 50-56 anos)*

*[Quando penso em minhas ações morais] me vem à mente que essas ações nos levarão à paz. (P252- F- 21-28 anos)*

D15) Responsabilidade pessoal – o tema abrange a percepção do pensar sobre a própria ação moral como um exercício de responsabilidade, a partir do qual se verifica se as ações são necessárias, construtivas e compreensivas com o ser humano, independente de como o outro se veste, que cargo ocupa ou do que necessita. Tal atitude de responsabilidade pessoal aparece relacionada ao pressuposto de que todos têm sempre uma razão independente de quem seja ou de que lado se esteja, de que errar é humano, e persistir no erro também o é, mas de que sempre há uma forma de aprender e de conviver bem.

*Meu comportamento não depende do comportamento do outro em relação a mim.*

*Minha responsabilidade de ser justa, generosa, fazer o bem, ser respeitosa não depende de se o outro vai fazer isso por mim também. (P01- F- 29-35 anos)*

*Respeitar, sempre pensando que, seja qual lado for, alguém sempre tem uma razão. Depende do olhar e da ótica que estou interpretando o fato. (P347- F- 29-35 anos)*

D16) Evolução moral – o tema abrange a percepção da ação moral como um processo em construção contínua. Tal processo está associado à

infinidade do que há para conhecer, ao desenvolvimento e à evolução humana e social como uma via para conhecer a si e construir-se moralmente por intermédio da autoconsciência. Tal fim pode ser alcançado por meio de um olhar crítico para si mesmo, em busca de esclarecimento e modificações em si. O desenvolvimento moral aparece relacionado a crenças, tais como a ideia de que precisamos uns dos outros, e de que há sempre um retorno para si daquilo que se faz ao outro.

*O conhecimento é infinito, não sabemos nada. Temos muito o que evoluir ainda. (P350- M- 21-28 anos)*

*Estamos sempre em um processo evolutivo (moralmente em construção) e que no final sempre queremos crescer (para melhor). (P113- F- 21-28 anos)*

*Não existe um sentido absoluto para a vida, a única certeza é que temos a chance de fazer o melhor da vida daqueles que nos cercam e, por consequência, da nossa. (P259- F- 21-28 anos)*

*O que faço aos outros será feito comigo. (P319- F- 43-49 anos)*

*O Ser Humano precisa fazer autoanálise diariamente, rever suas atitudes.*

*Somente assim poderá progredir. Deve buscar sua transformação moral, buscar ser melhor hoje do que foi ontem, fazer esforços para dominar suas inclinações más. (P236- M- 50-56anos)*

D17) Dialogar sobre a moral – o tema abrange as percepções da moral como uma construção a partir de conversas e do uso de argumentos, pelos quais é possível conciliar a existência de diferenças na forma de pensar a respeito da moral humana. O diálogo é visto como um meio de avaliar padrões e funcionamentos sociais, interações, de resolver conflitos, sendo considerado imprescindível na instrução de filhos e menores. Dialogar sobre a moral implica

respeitar e garantir o direito a opiniões contrárias, sem imposições e sem interferência. As diferentes áreas do conhecimento humano contribuiriam para a construção desses diálogos e de possíveis entendimentos perante a diversidade.

*Apenas por meio de discussões internas e externas podemos chegar a conclusões, reflexões e reconstruções quanto a padrões sociais que podem ou não estar funcionando, causando sofrimento, oprimindo... (P10- M- 21-28 anos)*

*Mostrar as diferentes opiniões a seus filhos, mesmo as contrárias a sua, pois imposição de caráter é fascismo moral. (...) Para que a criança forme seu caráter/ opinião sozinha. (P04- M- 18-20 anos)*

*Todo o tipo de argumentação, de todas as áreas do conhecimento, são levadas em consideração (sic). Busco sempre entrar em discussões com outras pessoas, especialmente as que podem me desafiar. (P363- F- 21-28 anos)*

D18) O papel da reflexividade – o tema abrange as percepções da ação moral que enfatizam o papel da reflexividade consciente no entendimento sobre o que deve ser feito, o que deve ser revisto e corrigido. A reflexividade consciente é vista como positiva, uma vez que pode produzir clareza, fortalecer escolhas, conferir significado, reduzir danos e prejuízos, proporcionar reconhecimento de falhas e produzir arrependimento. Em contrapartida, há também uma avaliação dos limites da reflexividade para produzir ou aumentar a frequência de ações morais, por se tratar de um processo de alta complexidade que envolve muitas variáveis para serem avaliadas em conjunto. Neste sentido, a reflexividade teria um aspecto negativo, relacionado à produção de mais dúvidas e de uma cadeia de reflexões que não necessariamente se convertem em ações.

*No início pode parecer confuso e sem saída, contudo, com calma e perseverança (...) é possível chegar a um lugar de paz e esclarecimento que vem trazer cada vez mais luz para minha consciência. (P287- F- 21-28 anos)*

*[Pensar em minhas ações] facilita [chegar a um entendimento] e ainda traz algum sofrimento. (P253- F- 36-42 anos)*

*Se não refletirmos sobre elas [nossas ações] incorremos no risco de agir de acordo com o que está a nossa volta. (P334- F- 50-56 anos)*

### **Redução fenomenológica**

O sentido atribuído ao agir moral aparece relacionado à importância de se desenvolver atributos morais, à responsabilidade pessoal e intransferível pelas próprias ações, à infinidade do que é possível conhecer por meio da reflexão e do diálogo, como uma ferramenta de construção e desconstrução de compreensões morais. Pensar sobre as próprias ações morais pode ser uma via dupla, que por um lado pode exercer uma influência direta nas próprias ações, e por outro pode se mostrar insuficiente para se converter em ações.

### **Discussão**

Este estudo teve como objetivo descrever a relação entre reflexividade e ações morais na percepção de uma amostra de adultos brasileiros. A etapa da descrição dos temas trazidos nas entrevistas foi seguida pela etapa da redução fenomenológica em que se buscou definir a estrutura da reflexividade moral, o que sugeriu que esse fenômeno psicológico tem como alicerces quatro aspectos principais: processos de mediação e modulação das ações morais; caracterização da agência; dilemas entre padrões pessoais e sociais de ação; e sentidos pessoais atribuídos ao agir moral. A etapa final da análise fenomenológico-



semiótica, que compreende a interpretação, na qual os resultados são discutidos com base na literatura científica da área, será apresentada a seguir.

O primeiro aspecto em que o fenômeno da reflexividade moral se alicerça evidenciou processos ou operações mentais que medeiam as ações morais, na qualidade de uma resposta a um estímulo social. O pensamento consciente foi apontado pelos participantes como dispensável para uma ação moral, evidenciando que a mediação cognitiva pode acontecer abaixo da linha da consciência, o que vai ao encontro da teoria do processamento da informação social (Adolphs, 2010) e do modelo sociointuicionista da moral (Haidt, 2013). No entanto, as ações morais também podem ser o resultado de processos de discernimento, de decisão, de uma previsão de consequências por meio de colocar-se no lugar do outro, e pelo controle de impulsos, o que destaca a importância da reflexividade para balizar ações que levem em consideração o bem-estar de outros, próximos ou distantes, conforme sugerem Narvaez (2010) e Frith (2012). Em contrapartida, os sentimentos, como moduladores das ações morais, isto é, a experiência qualitativa que compreende sentimentos e sensações, descrita tanto como disparadora de ações morais quanto sendo desencadeada por elas, ilustram justamente o modelo de consciência emocional descrito por Thagard e Aubie (2008), segundo o qual a valência das emoções se relaciona com o quanto se está conseguindo satisfazer os objetivos pessoais, o que faz com que as emoções funcionem tanto como motivação para ações quanto seja o resultado delas.

O segundo aspecto levantado pela reflexividade moral, que caracteriza a agência, revelou uma percepção da ação moral como determinada ou por

parâmetros pessoais, ou por uma obrigação devida a pessoas ou normas. A diferença entre uma e outra perspectiva parece estar relacionada à percepção que o indivíduo tem acerca do controle subjetivo da ação, ou locus de controle da ação. Isto é, um senso internalizado de moralidade resulta do entendimento de que se é detentor da organização e do controle das próprias ações e de suas consequências, gerando autocomprometimento moral e responsabilidade pelo que se faz (Narvaez, 2010). Em contrapartida, um senso de moral baseado em regras e naquilo que se espera do indivíduo (externo) desloca o controle para além do indivíduo, podendo dar origem a dissonâncias intra e interpessoais. Portanto, esse achado sugere que, na percepção dos participantes deste estudo, é possível que uma agência moral consonante seja aquela em que há um locus de controle interno em relação às ações, visto que há uma pronta aceitação sobre a responsabilidade daquilo que foi praticado. Achados empíricos sugerem que o locus de controle interno sobre as ações esteja positivamente relacionado com resistência a influências e comportamento moralmente relevantes, com atividades cognitivas como assimilação de informação e atenção, com comportamentos de enfrentamento ao estresse (*coping*), entre outros (Lefcourt, 2014). Outros aspectos sobre o tema da agência são retomados em sequência.

O terceiro aspecto da reflexividade moral revelou dilemas entre padrões pessoais e sociais de ação. Incluem-se aí tanto casos em que uma ação pessoal fere padrões sociais de moral quanto padrões sociais que ferem o que é considerado moralmente correto para um indivíduo. Em todos os casos, quando a ação não corresponde às expectativas sociais, é possível que resulte em dilemas para o *self*. De fato, de acordo com a teoria da dissonância cognitiva de Leon

Festinger (Harmon-Jones, Harmon-Jones & Levy, 2015), a incoerência entre um comportamento manifesto e aquilo em que se acredita de forma privada é tão desconfortável que, para justificar para si mesmo o que foi feito, é preferível modificar aquilo em que se acreditava anteriormente e concordar com a atitude tomada. No contexto de avaliação moral, a dissonância estaria ligada à forma como as pessoas acessam o significado de seus comportamentos, a depender dos padrões e atributos que elas usam para avaliar as ações praticadas (Stone & Cooper, 2001).

Os achados sobre os dilemas entre padrões pessoais e sociais de ação sugerem adicionalmente que a reflexividade pode ser utilizada para justificar e reduzir uma dissonância, e portanto legitimar um comportamento, alterando padrões morais do *self* para adequá-lo a tais práticas ou hábitos. Tal resultado correlaciona-se com o achado de Freiman (2010) de que o comportamento imoral não está apenas relacionado ao agir motivado por autointeresse, mas também ao servilismo. O servilismo (que pode ser entendido na qualidade de um *locus* de controle externo) é entendido como uma das razões da transgressão moral, uma vez que o comportamento servil origina dissonâncias cognitivas, capazes de reestruturar ou mesmo dissolver desejos e crenças relacionados aos próprios valores e concepções de si. Motivado por uma aversão ao desconforto de resistir à pressão social, o servilismo é entendido como uma estratégia para atender à necessidade básica de pertencimento e afiliação, na qual se age contra os interesses do próprio *self*. Isto é, fazer concessões para obedecer a uma autoridade ou para pertencer a um grupo pode aumentar a suscetibilidade a novas concessões, o que pode resultar numa escalada gradual na severidade de

atos imorais (Freiman, 2010). Na mesma direção desses achados, Barkan, Ayal, Gino e Ariely (2012) sustentam que a autorregulação moral da dissonância permite que se adicionem ou retirem padrões morais para balancear a dinâmica do autoconceito interno, em razão do entrelaçamento existente entre o *self* público e o privado. Dessa forma, relaxar os critérios morais e se distanciar dos próprios erros pode ser uma forma de proteger e recuperar o *self* quando este se encontra em processo de dissonância. No entanto, a forma com que os indivíduos monitoram seus padrões sociais adequados está na essência do que faz uma pessoa ser quem é (Strohminger & Nichols, 2014).

Em suma, tomados em conjunto, os dados parecem sugerir que, embora existam mecanismos para proteger o *self*, o servilismo implica riscos para transgressões morais sucessivas. O que levanta a questão sobre até que ponto é possível transgredir sucessivamente e ter a capacidade de reconhecer, a qualquer tempo, a transgressão como tal, e portanto repará-la, visto que o *self* possui mecanismos que o protegem, mas que ao mesmo tempo podem corrompê-lo em relação ao que era. Todavia, também faz parte disso a percepção dos participantes – a possibilidade de se agir moralmente, independente da pressão social para ceder a práticas ou regras que não sejam morais –, o que parece tratar-se daquilo que Piaget nomeou como o desenvolvimento de uma autonomia moral (de Queiroz, Ortega & de Queiroz, 2016).

Com relação aos sentidos pessoais atribuídos ao agir moral, o quarto aspecto apontado na redução fenomenológica, a deontologia da opinião de Căţineanu (2013), permite uma explicação a respeito das diferentes visões e opiniões sobre a reflexividade moral, com base no convencimento subjetivo dos

sentidos atribuídos ao agir moral. O tema “evolução moral”, com argumentos tais como “Estamos sempre em um processo evolutivo (moralmente em construção)” (P113- F- 21-28 anos), pertenceria a um nível ontológico ou metafísico, uma vez que se refere a atributos morais como inerentes aos entes humanos e que podem ser aperfeiçoados. Neste caso, a reflexividade moral é percebida como parte da condição humana, excluindo-se que seja uma ilusão (Cățineanu, 2013).

Os argumentos que compreendem o agir de forma moral como parte de um aperfeiçoamento pessoal, tais como “Preciso ser melhor para o meu próprio bem e das pessoas que me cercam” (P198- M- 18-20 anos), por sua vez, enquadram-se nos níveis lógico ou epistêmico, e também no nível psicológico. Ao passo que o nível epistêmico se relaciona aos conteúdos cognitivos e avaliativos acerca da importância das ações morais, o nível psicológico explica a expressão de convicções e crenças pessoais ou coletivas que remetem às motivações para o agir moral (Cățineanu, 2013). Em contrapartida, os argumentos que ressaltam a responsabilidade pessoal e intransferível pelas próprias ações (Cățineanu, 2013), como, por exemplo, “Meu comportamento não depende do comportamento do outro em relação a mim. Minha responsabilidade de ser justa, generosa, fazer o bem, ser respeitosa não depende de se o outro vai fazer isso por mim tb (sic)” (P01- F- 29-35 anos), compreendem o nível axiológico. Já os argumentos de que o diálogo é a solução para questões morais, e também uma ferramenta de construção e desconstrução coletiva de compreensões morais com potencial de gerar entendimento entre indivíduos e grupos, respectivamente, tais como “Apenas por meio de discussões internas e externas podemos chegar a

conclusões quanto a padrões sociais que podem ou não estar funcionando, causando sofrimento, oprimindo” (P10- M- 21-28 anos), podem ser classificados como pertencentes aos níveis praxeológico e sociológico (Cățineanu, 2013). Por fim, em relação ao tema do papel da reflexividade, a percepção dos participantes revelou que, apesar de poder influenciar as ações, nem sempre a reflexividade se converte em ações. O exame das próprias ações, tanto antes quanto depois de agir, pode conferir a elas significado, proporcionar reconhecimento, arrependimento e clareza. Tais argumentos encontram correspondência no nível estilístico, que destaca que o uso dos signos deve ser regido pela coerência, clareza e concisão (Cățineanu, 2013). Em suma, o *self* (ou agente semiótico), quando não consegue produzir coerência e clareza nos sentidos atribuídos a suas ações morais, soa como um “tagarela”, o equivalente à pura retórica, sem oratória. Isso sugere que o agente semiótico precisa coincidir com o agente moral para alcançar uma *phronesis*<sup>1</sup> (Inwood, 2016).

A relação entre todos os aspectos da reflexividade moral na percepção dos adultos deste estudo sugere que a reflexividade moral remete ao terreno da inerência (Cățineanu, 2013), àquilo que é inerente a cada um, que não pode ser dissociado de si, e é característica primordial da condição humana. Tal relação encontra eco na definição de Strohminger e Nichols (2014) de que o *self*, esse tão grandioso mistério, não é senão a expressão da sensibilidade moral de cada um.

---

<sup>1</sup> *Phronesis* ou sabedoria prática, na definição de Aristóteles, é aquilo que faz com que o homem seja capaz de deliberar corretamente sobre o que é bom ou mau para si (Inwood, 2016).

## Conclusões

Este estudo demonstrou que mesmo pesquisas de grande tamanho amostral podem se beneficiar de um método de análise rigoroso, como o método fenomenológico-semiótico. A sucessão de etapas percorridas revelou a estrutura do fenômeno da reflexividade moral tendo, a todo tempo, a percepção dos participantes adultos brasileiros como substância angular, o que leva a crer que os objetivos se beneficiaram da metodologia adotada para serem alcançados.

A reflexividade moral revelou-se na qualidade de um fenômeno psicológico complexo, mediado por processos implícitos e explícitos e modulado pelos sentimentos, podendo ser regido por um controle interno ou externo. Sugere-se que a agência moral se relaciona a um *locus* de controle interno da ação e que o *locus* de controle externo (aquilo que se faz contra os próprios padrões morais, no intuito de ser aceito, obedecer ou pertencer) é uma possível fonte geradora de dissonâncias cognitivas, que podem resultar em riscos potenciais de transgressões morais. Ressalte-se também que dilemas entre comportamentos e padrões morais são acompanhados de uma motivação para reduzi-los, o que pode se dar como desvantagem para os padrões morais, em prol de proteger o *self*.

O fenômeno da reflexividade moral pode ser analisado sob todos os diferentes níveis deontológicos, que em conjunto parecem revelar o próprio *self*, ou a sensibilidade moral de cada indivíduo. Destacam-se os níveis axiológico e psicológico, que avaliam se as ações são livres, responsáveis e coerentes, e os níveis praxeológico e sociológico, que em soma parecem essenciais a uma sabedoria moral prática, ou ao funcionamento moral maduro. Além disso, os

diferentes aspectos da estrutura do fenômeno da reflexividade sobre a ação moral sugerem que a reflexividade pode exercer influência sobre as ações morais, mas principalmente que uma ação intencional é capaz de exercer influência sobre a reflexividade e sobre o próprio *self*, principalmente se essa possuir conteúdo moral (ou transgressor).



### Referências

- Adolphs, R. (2010). Conceptual challenges and directions for social neuroscience. *Neuron*, 65(6), 752-767.
- Barkan, R., Ayal, S., Gino, F., & Ariely, D. (2012). The pot calling the kettle black: distancing response to ethical dissonance. *Journal of Experimental Psychology: General*, 141(4), 757.
- Brito, R., Avelar, T., Caldas, M., Santos, L., Castro, F., & Prado, B. (2017). A experiência da primeira seção de hemodiálise: uma investigação fenomenológica. *Revista da Abordagem Gestáltica*, XXIII(1), 3-9.
- Căţineanu, T. (2013). A deontology of opinion. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 92, 150-157.
- DaSilveira, A., DeSouza, M. L., & Gomes, W. B. (2015). Self-consciousness concept and assessment in self-report measures. *Frontiers in Psychology*, 6(930), 1-11. doi: 10.3389/fpsyg.2015.00930
- Dunn, B. D., Galton, H. C., Morgan, R., Evans, D., Oliver, C., Meyer, et al. (2010). Listening to your heart. How interoception shapes emotion experience and intuitive decision making. *Psychological Science*, 21(12), 1835-1844. doi: 10.1177/0956797610389191
- Freiman, C. (2010). Why be immoral?. *Ethical Theory and Moral Practice*, 13(2), 191-205.
- Frith, C. D. (2012). The role of metacognition in human social interactions. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, 367(1599), 2213-2223.
- Frith, C. D., & Frith, U. (2007). Social cognition in humans. *Current Biology*,

17(16), R724-R732.

- Gallagher, S. (2007). Moral agency, self-consciousness, and practical wisdom. *Journal of Consciousness Studies*, 14(5-6), 199-223.
- Gomes, W. B. (2007). Distinção entre procedimentos técnico e lógico na análise fenomenológica. *Revista da Abordagem Gestáltica*, XIII(2), 228-240.
- Graham, J., Nosek, B. A., Haidt, J., Iyer, R., Koleva, S., & Ditto, P. H. (2011). Mapping the moral domain. *Journal of Personality and Social Psychology*, 101, 366-385.
- Haidt, J. (2013). Moral psychology for the twenty-first century. *Journal of Moral Education*, 42(3), 281-297.
- Harmon-Jones, E., Harmon-Jones, C., & Levy, N. (2015). An action-based model of cognitive-dissonance processes. *Current Directions in Psychological Science*, 24(3), 184-189.
- Inwood, B. (2016). A latter (and nonstandard) Aristotelian account for moral motivation. In I. Vasiliou (Ed.). *Moral motivation: a history* (pp. 65-86). New York: Oxford University Press.
- Janzen, M. R., DeCastro, T. G., & Gomes, W. B. (2013). Ação corporal e as reversões entre consciência e movimento: o realismo fenomenológico. *Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies*, XIX(1), 76-84.
- Lanigan, R. (2013). Communicology and culturology: semiotic phenomenological method applied small group research. *The Public Journal of Semiotics*, 28, 71-103.

- Lefcourt, H. M. (Ed.) (2014). *Locus of control: current trends in theory & research* (2nd ed.). New York, NY: Psychology Press.
- Narvaez, D. (2010). The emotional foundations of high moral intelligence. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 2010(129), 77-94.
- de Queiroz, D. S., Ortega, A. C., & de Queiroz, S. S. (2016). Aspectos do desenvolvimento moral de crianças em situação de risco social. In *Association for Moral Education Conference Proceedings*, 41(1).
- Rochat, P. (2013). Self-consciousness and the origins of an ethical stance. In B. R. Kar (Ed.). *Cognition and brain development: converging evidence from various methodologies*, APA.
- Sandelowski, M. (1995). Focus on qualitative methods: sample size in qualitative research. *Research in Nursing & Health*, 18, 179-183.
- Siqueira, H., Pelegrin, A., Gomez, R., Silva, T., & Souza, F. (2015). Percepção de adolescentes com câncer: pesquisa fenomenológica. *Revista da Abordagem Gestáltica*, XXI(1), 13-21.
- Stone, J., & Cooper, J. (2001). A self-standards model of cognitive dissonance. *Journal of Experimental Social Psychology*, 37(3), 228-243.
- Strohming, N., & Nichols, S. (2014). The essential moral self. *Cognition*, 131(1), 159-171.
- Thagard, P., & Aubie, B. (2008). Emotional consciousness: a neural model of how cognitive appraisal and somatic perception interact to produce qualitative experience. *Consciousness and Cognition*, 17(3), 811-834.
- VandenBos, G. (Org.) (2010). *Dicionário de psicologia da American Psychological Association*. Porto Alegre: Artmed.

Webber, S. (2011). Who Am I? Locating the neural correlate of the self. *Bioscience Horizons*, 4(2), 165-173.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, buscou-se investigar a relação entre os fenômenos da intuição moral e da reflexividade moral, em adultos. O primeiro fenômeno psicológico estudado foi a moral na qualidade de preocupações sociointuitivas. Para tanto utilizou-se uma perspectiva quantitativa, por meio de um instrumento de avaliação que preconiza que os fundamentos da moral humana são fruto de aprendizagem social, que demandam pouco ou nenhum raciocínio ou consciência de alta ordem para exprimirem-se. Buscaram-se evidências de validade para um questionário sobre preocupações morais intuitivas, previamente adaptado para o contexto brasileiro, por meio de dois estudos. Ao estudo fatorial seguiu-se um estudo de análise confirmatória para a estrutura bifatorial encontrada. Tendo se confirmado a estrutura bifatorial (Preocupações Morais Individualizantes e Preocupações Morais Vinculativas) foi realizada uma análise de regressão múltipla linear entre os dois fatores (PMI e PMV) e outras funções psicológicas. Optou-se por estudar aspectos da autoconsciência privada, da empatia e do autoconceito moral como preditores de preocupações morais. O segundo fenômeno psicológico estudado foi a reflexividade moral, por meio de uma perspectiva qualitativa, tendo como referencial analítico o método fenomenológico-semiótico (Lanigan, 1997; Gomes, 1998). Ao adotar dois fenômenos psicológicos distintos para estudar a compreensão moral de adultos, acredita-se que tenha sido possível vislumbrar a complexidade que envolve o fenômeno moral humano.

O grande desafio de todo trabalho científico é encontrar uma metodologia que seja suficiente para indicar possíveis respostas ao problema que se deseja investigar. Após o estudo do tema, acredita-se ter encontrado e utilizado metodologias científicas adequadas à investigação de cada um dos fenômenos pesquisados. A perspectiva quantitativa na avaliação de preocupações morais revelou algumas particularidades em relação às preocupações morais da amostra brasileira. Também revelou que sua relação com os construtos autoconsciência privada, empatia e autoconceito moral, apesar de sua elevada afinidade, apresenta especificidades. Destacou-se, especialmente, a relevância de aspectos afetivos e do autoconceito moral como preditores positivos de preocupações morais. Ou seja, a forma como os indivíduos valorizam e se importam com os outros e com os grupos em que se inserem parece estar fortemente relacionada ao conceito que se tem de si e às emoções que são capazes de processar em situações morais cotidianas. Habilidades metacognitivas de alta ordem, por sua vez, apresentaram mediação negativa para preocupações morais vinculativas, ou seja, quanto mais preocupados em estar vinculados a um grupo, menor é o exercício da autorreflexão e menos *insights* são capazes de ter. Esses resultados apoiam a Teoria dos Fundamentos Morais (Graham et al., 2011) e levantam a possibilidade de intuições socialmente construídas poderem resultar em julgamentos sem coerência moral. A título de ilustração, há evidências empíricas que apontam que comportamentos como o de discriminação e preconceito são o resultado de intuições socialmente modeladas, que necessitam de uma regulação de alta ordem para serem anuladas (Todd & Burgmer, 2013).

A questão a que a perspectiva qualitativa procurou responder foi qual a relação entre a reflexividade e as ações morais, o que elucidou novos elementos. A análise fenomenológico-semiótica da reflexividade moral revelou que se trata de um fenômeno psicológico complexo, mediado por processos implícitos e explícitos e modulado pelos sentimentos, podendo ser aquela regida por um controle interno ou externo. Juntos, os resultados sugeriram que a reflexividade pode exercer influência sobre as ações morais, mas, principalmente, que uma ação intencional é capaz de exercer influência sobre os julgamentos intuitivos, sobre a reflexividade e sobre o próprio *self*, principalmente se essa ação possuir conteúdo moral (ou transgressor) (Freiman, 2010). Quanto ao sentido pessoal atribuído ao agir moral, os níveis axiológico e psicológico (Cățineanu, 2013) parecem estar na base das ações livres, responsáveis e coerentes, ao passo que os níveis praxeológico, sociológico e estilístico parecem essenciais a uma sabedoria moral prática (Gallagher, 2007).

Levanta-se, a partir destes resultados, a hipótese de que o *locus* de controle interno da ação aponta para uma tendência a uma maior possibilidade de agência moral, ao passo que o *locus* de controle externo aponta para uma tendência ao servilismo e às transgressões morais. Estudos adicionais se fazem necessários para esclarecer algumas nuances que apareceram a partir do estudo qualitativo.

Diante desse panorama, é possível afirmar que avaliações intuitivas (implícitas) e avaliações reflexivas (explícitas) não são, *a priori*, boas nem ruins. Por um lado, avaliações intuitivas podem estar na base de comportamentos pró-sociais, mas, por outro, podem corroborar atitudes de discriminação e preconceito. Avaliações reflexivas podem servir para anular intuições ultrajantes,

tornando-se a base de ações responsáveis, como também podem servir para reduzir a dissonância do indivíduo, por este ter agido de forma imoral, por meio de concessões e justificativas à transgressão moral.

Em conjunto, os estudos parecem indicar a importância do fenômeno moral para a experiência humana, apoiando que a moral realmente seja parte essencial da estabilidade da identidade pessoal (Strohminger & Nichols, 2014). Este entendimento pode ser aplicado tanto ao estudo de diferenças individuais quanto ao estudo da relação entre questões morais e alguns quadros das psicopatologias clínicas. Pressupõe-se que a necessidade de coerência entre o que se acredita e aquilo que se pratica é o que faz da moral uma parte tão essencial para o ser humano. Mas ainda resta muito o que se estudar para que o fenômeno moral seja compreendido dentro da magnitude de sua importância para a experiência psicológica humana. Ademais, suas origens e conceituação ainda se mantêm tão misteriosas quanto as da consciência.

A moral mostrou-se igualmente importante no entendimento acerca dos fenômenos culturais, bem como destaca a inextricabilidade entre a cultura e a experiência psicológica individual. A avaliação das intuições morais como informação socialmente construída pode revelar muito sobre a cultura que a fundamenta. De forma análoga, a avaliação de uma ação moral está em profunda relação com a experiência emocional que dela resulta (Thagard & Aubie, 2008). Isso porque cumprir com objetivos sociais produz valência e intensidade às emoções, demonstrando o poder do contexto social e cultural amplo para o indivíduo. Nessa intrínseca relação entre moral e cultura, destacam-se os efeitos produzidos por estados de dissonância cognitiva, que podem surgir a partir de



incoerência entre elementos cognitivos que provêm do próprio indivíduo (como a contradição entre algo em que a pessoa acredita e uma ação contraditória realizada) ou entre um elemento cognitivo do indivíduo e outro elemento que provêm da cultura. É possível que esses estados possam auxiliar a corrigir percursos malsucedidos, mas também podem servir para reforçar e justificar percursos malfadados. Essa moldura de análise pode servir tanto para compreender percursos individuais quanto percursos culturais.

Com tudo isso, parece fundamental que a psicologia moral considere o efeito de processos automáticos e subliminares, ao lado de processos metacognitivos e deliberados, para um entendimento mais abrangente do fenômeno moral, uma vez que esses processos acontecem de forma indissociável ao longo das experiências humanas. O conhecimento acerca da influência desses processos parece ser um caminho seguro para a indicação de soluções psicológicas aos problemas sociais, e vice-versa. Também podem contribuir para a construção de um entendimento mais claro acerca da problemática em torno da motivação moral.

Os estudos abordados na presente dissertação não pretenderam promover um entendimento definitivo acerca dos fenômenos pesquisados, mas mostrar a questão moral humana sob um duplo aspecto, lançar perguntas e formular respostas indicativas a possíveis caminhos de investigação, apontar conexões e descrever a complexidade envolvida nos temas abordados. Foram apontadas necessidades de aprofundamento sobre alguns temas ao longo dos estudos, que apresentam relevância tanto para a psicologia moral quanto para um melhor

entendimento das peculiaridades da cultura que fundamenta a moral de adultos brasileiros.

Embora tenha-se buscado um conjunto amostral que contemplasse adultos de todas as regiões brasileiras, houve um predomínio maior de participantes da Região Sudeste, o que levanta a necessidade de trabalhos que busquem equiparar as regiões e até mesmo realizar estudos comparativos regionais, por ser o Brasil um país de proporções continentais. Sendo a moral humana influenciada por aspectos culturais, estudos desse tipo podem gerar preciosas contribuições para que seja possível avançar no entendimento da compreensão moral do brasileiro. O clima político que o país atravessa faz crer que não há momento mais oportuno que este para investigações que envolvam moral e cultura no contexto brasileiro.

Numa visão da psicologia da consciência, estudos sobre coerência psicológica e dissonância cognitiva parecem ter potencial de demonstrar o elo entre o a moral e o *self*, desde que seja possível formular uma metodologia adequada à complexidade dos fenômenos que se deseja mensurar. Em contrapartida, a seara moral abre questões filosóficas acerca do que é fazer a coisa certa em cada situação. E levanta uma necessidade categórica de duvidar se se está realmente certo. Apesar de se revelar nas contradições, refletir sobre a moral é ver-se com escolhas para arbitrar, embora nem sempre se tenha consciência das motivações subjacentes à opção selecionada em cada caso. Isso levanta a questão a respeito do que pode ser mais caro a um ser humano do que estar ciente das razões pelas quais se escolheu agir de determinada forma?

Este estudo pretendeu dissertar a respeito da temática, embora, em razão de sua complexidade, tenha sido possível apenas iniciar esse trabalho. Espera-se que, ao procurar entender os processos psicológicos subjacentes ao fenômeno moral, tenha sido apresentada alguma contribuição para seu entendimento.

## REFERÊNCIAS

- Adolphs, R., & Tusche, A. (2017). From faces to prosocial behavior: cues, tools, and mechanisms. *Current Directions in Psychological Science*, 26(3), 282-287.
- Adolphs, R. (2010). Conceptual challenges and directions for social neuroscience. *Neuron*, 65(6), 752-767.
- Barrett, L., Henzi, S. P., & Lusseau, D. (2012). Taking sociality seriously: the structure of multi-dimensional social networks as a source of information for individuals. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, 367(1599), 2108-2118. doi:10.1098/rstb.2012.0113
- Butman, J., & Allegri, R. F. (2001). A cognição social e o córtex cerebral. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(2), 275-279.
- Căţineanu, T. (2013). A deontology of opinion. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 92, 150-157.
- Damásio, A. R. (1996). *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Damásio, A. R. (2000). *O mistério da consciência*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Del-Ben, C. M. (2005). Neurobiology of anti-social personality disorder. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 32(1), 27-36.
- Dunn, B. D., Galton, H. C., Morgan, R., Evans, D., Oliver, C., Meyer, M., ... & Dalgleish, T. (2010). Listening to your heart: how interoception shapes emotion experience and intuitive decision making. *Psychological Science*, 21(12), 1835-1844.

- Freeman, J. B., & Johnson, K. L. (2016). More than meets the eye: split-second social perception. *Trends in Cognitive Sciences*, 20(5): 362-374.
- Freiman, C. (2010). Why be immoral?. *Ethical Theory and Moral Practice*, 13(2), 191-205.
- Frith, C. D. (2012). The role of metacognition in human social interactions. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, 367(1599), 2213-2223.
- Frith, C. D., & Frith, U. (2007). Social cognition in humans. *Current Biology*, 17(16), R724-R732.
- Gallagher, S. (2000). Philosophical conceptions of the self: implications for cognitive science. *Trends in Cognitive Sciences*, 4(1), 14-21.
- Gallagher, S. (2007). Moral agency, self-consciousness, and practical wisdom. *Journal of Consciousness Studies*, 14(5-6), 199-223.
- Gallagher, S. (2012). Multiple aspects in the sense of agency. *New Ideas in Psychology*, 30(1), 15-31.
- Gomes, W. B. (1998). A entrevista fenomenológica e o estudo da experiência consciente. In W. B. Gomes (Org.). *Fenomenologia e pesquisa em psicologia* (pp. 19-44). Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Graham, J., Nosek, B. A., Haidt, J., Iyer, R., Koleva, S., & Ditto, P. H. (2011). Mapping the moral domain. *Journal of Personality and Social Psychology*, 101, 366-385.
- Haidt, J. (2001). The emotional dog and its rational tail: a social intuitionist approach to moral judgment. *Psychological Review*, 108(4), 814.

- Haidt, J., & Graham, J. (2007). When morality opposes justice: conservatives have moral intuitions that liberals may not recognize. *Social Justice Research*, 20(1), 98-116.
- De Jaegher H., Di Paolo E., & Adolphs R. (2016). What does the interactive brain hypothesis mean for social neuroscience? A dialogue. *Philosophical Transactions of the Royal Society B* 371: 20150379.
- Lanigan, R. (1995). Embodiment: signs of life in the self (paper). In *Symposium on "Musement to Meaning: Mind and Body" at the Twentieth Annual Meeting of the Semiotic Society of America*. San Antonio, TX.
- Lanigan, R. (1997). Capta versus data: método e evidência em comunicologia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10, 17-45.
- Mashour, G. A., & Alkire, M. T. (2013). Evolution of consciousness: phylogeny, ontogeny, and emergence from general anesthesia. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 110(Supplement 2), 10357-10364.
- Narvaez, D. (2010). The emotional foundations of high moral intelligence. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 2010(129), 77-94.
- Narvaez, D. (2013). Wisdom as mature moral functioning: insights from developmental psychology and neurobiology. In M. Jones, P. Lewis & K. Reffitt (Eds). *Toward human flourishing: character, practical wisdom, and professional formation* (pp. 24-40). Macon, GA: Mercer University Press.
- Penfield, W. (1975). *The mystery of the mind*. New Jersey: Princeton University Press.

- Rochat, P. (2013). Self-consciousness and the origins of an ethical stance. In: B. R. Kar (Ed.). *Cognition and brain development: converging evidence from various methodologies*, APA.
- Rochat, P. (Ed.). (2014). *Early social cognition: understanding others in the first months of life*. New York, NY: Psychology Press.
- Searle, J. R., Dennett, D. C., & Chalmers, D. J. (1997). The mystery of consciousness. *New York Review of Books*, 42(17).
- Spunt, R. P., & Adolphs, R. (2017). A new look at domain specificity: insights from social neuroscience. *Nature Reviews Neuroscience*, 18(9), 559-567.
- Stern, E. (2017). Individual differences in the learning potential of human beings. *npj Science of Learning*, 2(1), 2. doi:10.1038/s41539-016-0003-0
- Stets, J. E., & Carter, M. J. (2011). The moral self applying identity theory. *Social Psychology Quarterly*, 74(2), 192-215.
- Strohming, N., & Nichols, S. (2014). The essential moral self. *Cognition*, 131(1), 159-171.
- Taylor, C. (1997). *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. São Paulo, SP: Edições Loyola.
- Thagard, P., & Aubie, B. (2008). Emotional consciousness: a neural model of how cognitive appraisal and somatic perception interact to produce qualitative experience. *Consciousness and Cognition*, 17(3), 811-834.
- Todd, A. R., & Burgmer, P. (2013). Perspective taking and automatic intergroup evaluation change: testing an associative self-anchoring account. *Journal of Personality and Social Psychology*, 104(5), 786.

VandenBos, G. R. (2010). Dicionário de Psicologia da APA. *Porto Alegre: Artmed*, 971.



## APÊNDICE 1

### Mensagem Padronizada de Divulgação da Pesquisa

Caríssimos: (saudação personalizada)

Estou realizando uma pesquisa no mestrado em psicologia e solicito a colaboração de vocês para responderem ao formulário. São apenas 15 minutinhos.

Brasileiros, maiores de 18 anos, podem participar clicando no *link* e seguindo as instruções.

Grata! Vai me ajudar bastante!

Link:

<https://docs.google.com/.../1qzLi1dSqNQwqAi3-FW6Fs.../viewform...>

Luana Vianez Moreira

## APÊNDICE 2

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

#### PESQUISA SOBRE AUTOCONSCIÊNCIA MORAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Prezado(a) Participante:

Você está convidado(a) a participar desta pesquisa sobre autoconsciência, moral e empatia. Se você é brasileiro(a), adulto(a) e tem 18 anos de idade ou mais, poderá contribuir com sua participação.

A resposta ao questionário levará cerca de 20 minutos. Suas respostas são completamente anônimas e apenas os pesquisadores diretamente envolvidos no projeto terão acesso aos dados. Você nunca será pessoalmente identificado neste projeto de pesquisa ou em qualquer apresentação ou publicação decorrente deste. A informação que você nos fornecer será codificada como um número.

A pesquisa não proporcionará benefícios diretos para você, mas sua colaboração ajudará a enriquecer o campo de pesquisa e discussões sobre a autoconsciência moral.

Agradecemos o preenchimento atento ao questionário que se segue. Sua participação é totalmente voluntária. Você é livre para parar de respondê-lo em qualquer momento antes de finalizá-lo. Ao preencher e devolver o questionário você estará de acordo que os dados sejam utilizados e analisados.

As questões são simples de serem respondidas. Mesmo assim, caso você se sinta desconfortável diante das perguntas, estarei disponível para prestar o apoio necessário ou esclarecer suas dúvidas sobre os procedimentos por meio do e-mail [luanavianez@hotmail.com](mailto:luanavianez@hotmail.com)

Por favor, responda a estas questões da forma mais sincera possível. Lembre-se de que não existem respostas certas ou erradas. Nós estamos apenas interessados em conhecer sua opinião sincera!

Em caso de dúvida, você pode entrar em contato com os pesquisadores responsáveis por esta pesquisa:

Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, CEP 29075-210, Vitória-ES  
Telefones para contato: (027) 4009-2505 (institucional) e 99954-0154 (Luana Vianez Moreira)  
Orientadora: Dra. Mariane Lima de Souza  
Divulgação dos resultados: favor entrar em contato pelo e-mail [luanavianez@hotmail.com](mailto:luanavianez@hotmail.com)

**ATENÇÃO:** Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, Ufes/Campus Goiabeiras, Av. Fernando Ferrari, s/n, Vitória-ES, 29060-970 – Tel.: (DDD?) 4009-7840

Muito obrigado por sua ajuda e cooperação nesta pesquisa!

Estou ciente dos termos e concordo em participar

( ) Sim

( ) Não

Endereço eletrônico do formulário:

<https://docs.google.com/forms/d/1Y3fG0bDivi127hEkn0YLvCAc2JCrfT5QLoHFZoo4Wl0>

## APÊNDICE 3

## Ficha de Perfil Sociodemográfico

Sexo:

*Feminino*

*Masculino*

Estado civil:

*Solteiro*

*Casado*

*União estável*

*Divorciado*

*Viúvo*

Faixa etária:

*entre 18 e 20 anos*

*entre 21 e 28 anos*

*entre 29 e 35 anos*

*entre 36 e 42 anos*

*entre 43 e 49 anos*

*entre 50 e 56 anos*

*entre 57 e 62 anos*

*entre 63 e 70 anos*

*acima de 71 anos*

Cor da pele

*Branca*

*Preta*

*Amarela*

*Parda*

Escolaridade:

*Sem instrução*

*Ensino Fundamental*

*Ensino Médio*

*Ensino Superior*

*Pós-graduação*

Está atualmente empregado?  *Sim*  *Não*

Renda familiar mensal: *(caracteres)*

Existe alguém sob sua responsabilidade?  *Sim*  *Não*

Se a resposta anterior foi sim, selecione uma das opções:

- Filho/tutela de menor*
- Tutela de pessoa idosa*
- Dispensa cuidado físicos*
- Provedor financeiro*
- Outro: (caracteres)*

Desempenha papel de liderança ou de coordenação em algum contexto?  *Sim*

*Não*

Se a resposta anterior foi sim, especifique o contexto em que desempenha tal papel:

- Contexto familiar*
- Contexto profissional*
- Contexto religioso*
- Contexto educacional*
- Contexto esportivo*
- Contexto político*
- Contexto social*
- Na administração pública*
- No grupo de amigos*

Possui alguma crença religiosa?  *Sim*  *Não*

Se sim, qual?

- Católico*
- Protestante*
- Espírita*
- Outro: (caracteres)*

Qual religião? *(caracteres)*

Onde você está? Favor informar cidade e estado: *(caracteres)*

## APÊNDICE 4

### Roteiro de Entrevista Estruturada sobre Ações Morais

1. Você costuma pensar em suas ações morais? ( ) *sim* ( ) *não*
2. Pensar sobre essas ações faz com que aconteçam com maior frequência? (*caracteres livres*)
3. Com que frequência você pensa sobre suas ações morais?  
(*Likert 5 pontos: 1 = Sempre, 5 = Nunca*)
4. Quando pensa sobre as suas ações morais, quais aspectos lhe vêm à mente? (*caracteres livres*)
5. Pensar nesses aspectos facilita ou dificulta chegar a algum entendimento sobre suas ações morais? (*caracteres livres*)

## ANEXO A

Escala de Autorreflexão e *Insight*

Leia atentamente cada afirmação e assinale um numero de 1 a 5 que indique, o mais fielmente possível, o quanto corresponde à sua pessoa.

	Concordo fortemente	5				
	Concordo	4				
	Não concordo nem discordo/Não sei	3				
	Discordo	2				
	Discordo fortemente	1				
1. Não penso muito frequentemente em meus pensamentos.						
2. Realmente não estou interessado em analisar meu comportamento.						
3. Normalmente estou ciente de meus pensamentos.						
4. Frequentemente estou confuso sobre o modo como realmente me sinto sobre as coisas						
5. É importante para mim avaliar as coisas que faço.						
6. Normalmente tenho uma ideia bem clara sobre por que tenho me comportado de uma certa maneira						
7. Sou muito interessado em examinar o que eu penso.						
8. Raramente despendo tempo na reflexão sobre mim.						
9. Frequentemente estou ciente de que estou tendo um sentimento, mas não sei bem o que é						
10. Frequentemente examino meus sentimentos.						
11. Meu comportamento frequentemente me desafia.						
12. É importante para mim tentar entender o que significam meus sentimentos						
13. Realmente não penso sobre o porquê eu me comporto da forma com que me comporto						
14. Pensar sobre meus pensamentos me deixa ainda mais confuso.						
15. Definitivamente tenho uma necessidade em entender a forma como minha mente funciona						
16. Frequentemente reservo um tempo para refletir sobre meus pensamentos						
17. Frequentemente acho difícil compreender a forma com que me sinto sobre as coisas						
18. É importante para mim estar apto a entender como meus pensamentos surgem						
19. Frequentemente penso sobre como me sinto sobre as coisas.						
20. Normalmente sei por que me sinto da forma com que me sinto.						

## ANEXO B

## Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal (EMRI)

As afirmações a seguir questionam seus sentimentos e pensamentos em uma variedade de situações. Para cada item, indique quanto você concorda ou discorda com a afirmação, escolhendo uma posição na escala abaixo (1 = Discordo totalmente; 2 = Discordo parcialmente; 3 = Nem discordo/Nem concordo; 4 = Concordo parcialmente; 5 = Concordo totalmente).

Quando você tiver decidido sua resposta marque um X no número apropriado ao lado da afirmação. Leia cada item com muito cuidado antes de responder. Responda o mais honestamente possível. Obrigado!

- |  |           |
|--|-----------|
| 1. Habitualmente me envolvo emocionalmente com filmes e/ou livros.                                       | 1 2 3 4 5 |
| 2. Sou neutro quando vejo filmes.  | 1 2 3 4 5 |
| 3. Incomodo-me com as coisas ruins que acontecem aos outros.   | 1 2 3 4 5 |
| 4. Tento compreender o argumento dos outros.   | 1 2 3 4 5 |
| 5. Sinto compaixão quando alguém é tratado injustamente.   | 1 2 3 4 5 |
| 6. Quando vejo que se aproveitam de alguém, sinto necessidade de protegê-lo.                             | 1 2 3 4 5 |
| 7. Imagino como as pessoas se sentem quando eu as critico.   | 1 2 3 4 5 |
| 8. Antes de tomar alguma decisão procuro avaliar todas as perspectivas.                                  | 1 2 3 4 5 |
| 9. Tento compreender meus amigos, imaginando como eles veem as coisas.                                   | 1 2 3 4 5 |
| 10. Fico comovido com os problemas dos outros.   | 1 2 3 4 5 |
| 11. Preocupo-me com as pessoas que não têm uma boa qualidade de vida.                                    | 1 2 3 4 5 |
| 12. Descrevo-me como uma pessoa de “coração mole” (muito sensível).                                      | 1 2 3 4 5 |
| 13. Costumo fantasiar com coisas que poderiam me acontecer.  | 1 2 3 4 5 |
| 14. Perco o controle quando vejo alguém que esteja precisando de muita ajuda.                            | 1 2 3 4 5 |
| 15. Depois de ver uma peça de teatro ou filme sinto-me envolvido c/ seus personagens.                    | 1 2 3 4 5 |
| 16. Costumo me emocionar com as coisas que vejo acontecer aos outros.                                    | 1 2 3 4 5 |
| 17. Fico apreensivo em situações emergenciais.   | 1 2 3 4 5 |
| 18. Quando vejo uma história interessante, imagino como me sentiria se ela estivesse acontecendo comigo. | 1 2 3 4 5 |
| 19. Tendo a perder o controle durante emergências.   | 1 2 3 4 5 |
| 20. Coloco-me no lugar do outro se eu me preocupo com ele.   | 1 2 3 4 5 |
| 21. Escuto os argumentos dos outros, mesmo estando convicto de minha opinião.                            | 1 2 3 4 5 |
| 22. Fico tenso em situações de fortes emoções.   | 1 2 3 4 5 |
| 23. Sinto-me indefeso numa situação emotiva.   | 1 2 3 4 5 |
| 24. Sinto emoções de um personagem de filme como se fossem minhas próprias emoções.                      | 1 2 3 4 5 |
| 25. Tenho facilidade de assumir a posição de um personagem de filme.                                     | 1 2 3 4 5 |
| 26. Habitualmente fico nervoso quando vejo pessoas feridas.  | 1 2 3 4 5 |

## ANEXO C

## Escala de Autoconceito Moral

Marque de 1 a 7 (“nunca é verdadeiro para mim”/“sempre é verdadeiro para mim”) o quanto você se considera:

	Nunca é verdadeiro para mim				Sempre é verdadeiro para mim		
Leal	1	2	3	4	5	6	7
Verdadeiro	1	2	3	4	5	6	7
Obediente à lei	1	2	3	4	5	6	7
Fiel	1	2	3	4	5	6	7
Confiável	1	2	3	4	5	6	7
Honesto	1	2	3	4	5	6	7



## ANEXO D

### Questionário de Fundamentos Morais (QFM)

Parte 1. Quando você decide se algo é certo ou errado, até que ponto as considerações a seguir são relevantes para sua decisão? Avalie cada uma das declarações a seguir usando esta escala:

[0] = nem um pouco relevante (Esta consideração não tem nada a ver com meu julgamento sobre certo ou errado)

[1] = não muito relevante

[2] = levemente relevante

[3] = um pouco relevante

[4] = muito relevante

[5] = extremamente relevante (Este é um dos fatores mais importantes quando eu julgo certo ou errado)

- |   |             |
|---|-------------|
| 1. Se alguém sofreu ou não emocionalmente.                                | 0 1 2 3 4 5 |
| 2. Se algumas pessoas foram ou não tratadas de forma diferente de outras. | 0 1 2 3 4 5 |
| 3. Se as ações de alguém demonstram ou não amor por seu país.             | 0 1 2 3 4 5 |
| 4. Se alguém demonstrou ou não falta de respeito à autoridade.            | 0 1 2 3 4 5 |
| 5. Se alguém violou ou não os padrões de pureza e decência.               | 0 1 2 3 4 5 |
| 6. Se alguém foi ou não bom em matemática.                                | 0 1 2 3 4 5 |
| 7. Se alguém cuidou ou não de uma pessoa fraca ou vulnerável.             | 0 1 2 3 4 5 |
| 8. Se os atos de alguém foram ou não justos.                              | 0 1 2 3 4 5 |
| 9. Se alguém cometeu ou não alguma traição contra seu próprio grupo.      | 0 1 2 3 4 5 |
| 10. Se alguém está de acordo ou não com as tradições da sociedade.        | 0 1 2 3 4 5 |
| 11. Se alguém fez ou não algo repugnante.                                 | 0 1 2 3 4 5 |
| 12. Se alguém foi ou não cruel.   | 0 1 2 3 4 5 |
| 13. Se a alguém foi ou não negado seus direitos.                          | 0 1 2 3 4 5 |
| 14. Se alguém mostrou ou não falta de lealdade.                           | 0 1 2 3 4 5 |
| 15. Se alguma ação causou ou não caos ou desordem.                        | 0 1 2 3 4 5 |
| 16. Se alguém agiu ou não de uma forma que seria aprovada por Deus.       | 0 1 2 3 4 5 |

